



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

**Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina  
2020-2021**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

**PRESIDENTE**

Desembargador Ricardo José Roesler

**COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Débora Carolina Piazza – Assessora Técnica – DEA

Juliana Pasinato – Assessora Técnica – DTI

Jullyana Kroon Tomaz Soares – Assessora Técnica – DMP

Kleber Steinbach – Assessor de Planejamento – ASPLAN

Graziela Patricia Scariot – Assessora Técnica – DIE

Roger Tang Vidal – Secretário da SGS-DGA (Presidente da Comissão)

**SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Angela Adelaide Consoli

Ariane Debastiani

Helen Petry

Luísa Bresolin de Oliveira

Mariléa Santos

Roger Tang Vidal



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>INVENTÁRIO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS CONTRATADOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM 2020</b> .....	<b>12</b>
2.1	DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA .....	12
2.2	DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA .....	15
2.3	DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO .....	16
2.4	DIRETORIA DE SAÚDE .....	17
2.5	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	18
2.6	SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – DGA .....	20
<b>3</b>	<b>PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA EM 2020</b> .....	<b>25</b>
3.1	USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS .....	25
3.2	ENERGIA ELÉTRICA .....	28
3.3	ÁGUA E ESGOTO .....	30
3.4	GESTÃO DE RESÍDUOS .....	30
3.5	QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO .....	32
3.6	SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL .....	34
3.7	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	35
3.8	DESLOCAMENTO DE PESSOAL .....	35
<b>4</b>	<b>RELATÓRIO DE DESEMPENHO DAS AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PLS-PJSC/2020</b> .....	<b>37</b>
4.1	PAPEL .....	44
4.2	COPOS E ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA .....	45
4.3	TELEFONIA .....	47
4.4	ENERGIA ELÉTRICA .....	48
4.5	ÁGUA E ESGOTO .....	55
4.6	GESTÃO DE RESÍDUOS .....	57
4.7	REFORMAS .....	63
4.8	LIMPEZA .....	64
4.9	VEÍCULOS .....	65
4.10	COMBUSTÍVEL .....	66
4.11	QUALIDADE DE VIDA .....	67
4.12	CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL .....	87
4.13	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	95
4.14	PROJETO-PILOTO DE IMATERIALIZAÇÃO PERENE DA ÁREA ADMINISTRATIVA .....	96
<b>5</b>	<b>PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PARA 2021</b> .....	<b>99</b>
5.1	PAPEL E IMPRESSÃO .....	101
5.2	MATERIAL DE CONSUMO: PLANEJAMENTO E USO .....	103
5.3	DESFAZIMENTO DE MATERIAIS E BENS MÓVEIS .....	104
5.4	COPOS PLÁSTICOS .....	105
5.5	ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA .....	106
5.6	TELEFONIA .....	106
5.7	ENERGIA ELÉTRICA .....	106
5.8	ÁGUA E ESGOTO .....	108
5.9	GESTÃO DE RESÍDUOS .....	108



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

5.10	REFORMAS.....	111
5.11	LIMPEZA .....	112
5.12	VEÍCULOS .....	112
5.13	COMBUSTÍVEL.....	112
5.14	QUALIDADE DE VIDA.....	113
5.15	CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	117
5.16	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	119
5.17	PROJETO-PILOTO DE IMATERIALIZAÇÃO PERENE DA ÁREA ADMINISTRATIVA .....	121



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

**LISTA DE ABREVIATURAS**

ASPLAN – Assessoria de Planejamento

CGS – Comissão de Gestão Socioambiental

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DEA – Diretoria de Engenharia e Arquitetura

DMP – Diretoria de Material e Patrimônio

DRH – Diretoria de Recursos Humanos

DIE – Diretoria de Infraestrutura

DS – Diretoria de Saúde

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

PJSC – Poder Judiciário de Santa Catarina

PLS – Plano de Logística Sustentável

PLS-PJSC – Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina

SGS – Secretaria de Gestão Socioambiental

TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

## **1 APRESENTAÇÃO**

Trata-se do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina, que contém o relatório de desempenho do ano de 2020 e as metas para o ano de 2021 (PLS–PJSC 2020/2021), em atendimento ao disposto na Resolução CNJ n. 201/2015 e na Resolução GP n. 28/2015, com alterações dadas pela Resolução GP n. 13/2018.

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-JUD) foi instituído pela Resolução CNJ n. 201/2015, que determinou a implantação do PLS-JUD e a criação de unidades ou núcleos socioambientais e nos órgãos e conselhos, bem como a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade.

No Poder Judiciário catarinense, a Resolução GP n. 28/2015 ordenou a criação da Comissão de Gestão Socioambiental, ligada ao Gabinete da Presidência e definiu a competência da Comissão para elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – PLS-PJSC. Determinou, ainda, que o PLS-PJSC seja submetido ao crivo do Conselho de Políticas Jurisdicionais e Administrativas (alteração conforme Resolução GP n. 13/2018).

A Comissão de Gestão Socioambiental é composta por: (a) o Chefe da Secretaria de Gestão Socioambiental da Diretoria-Geral Administrativa, que preside a Comissão; (b) um assessor de Planejamento; (c) um assessor técnico da Diretoria de Material e Patrimônio; (d) um assessor técnico da Diretoria de Infraestrutura; (e) um assessor técnico da Diretoria de Engenharia e Arquitetura; e (f) um assessor técnico da Diretoria de Tecnologia da Informação (alteração conforme Resolução GP n. 13/2018).

O Plano de Logística Sustentável, assim definido no artigo 10 da Resolução CNJ n. 201/2015, é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, o qual permite esta-



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

belecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que obtenham uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

Em cumprimento ao artigo 3º da Resolução GP n. 28/2015, o documento deve conter:

- I – relatório consolidado do inventário de bens e materiais do Poder Judiciário catarinense, com a identificação dos itens nos quais foram inseridos critérios de sustentabilidade quando de sua aquisição;
- II - práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de energia, água, combustíveis, materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados;
- IV – ações de divulgação, sensibilização e capacitação; e
- V – indicadores de desempenho socioambiental e econômico.

As ações e práticas do Plano de Logística Sustentável devem abranger, no mínimo, os temas relacionados no artigo 16 da Resolução CNJ n. 201/2015:

- (a) Uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;
- (b) Energia elétrica;
- (c) Água e esgoto;
- (d) Gestão de resíduos;
- (e) Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- (f) Sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, da força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;
- (g) Contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
- (h) Deslocamento de pessoal e de bens e materiais, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

A matriz de indicadores socioambientais definida no Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015 mensura o desempenho ambiental e econômico do órgão judiciário. Os indicadores são agrupados em 16 categorias:

- (1) Variáveis Gerais;
- (2) Papel;
- (3) Copos Descartáveis;
- (4) Água envasada em embalagem plástica;
- (5) Impressão;
- (6) Telefonia;
- (7) Energia elétrica;
- (8) Água e esgoto;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

- (9) Gestão de Resíduos;
- (10) Reformas;
- (11) Limpeza;
- (12) Vigilância;
- (13) Veículos;
- (14) Combustível;
- (15) Qualidade de vida, e;
- (16) Capacitação socioambiental.

A elaboração do relatório, a implantação anual do PLS-JUD e os resultados dos indicadores de sustentabilidade lançados no sistema corporativo do CNJ contabilizam pontos para o Prêmio CNJ de Qualidade (art. 5º da Portaria CNJ n. 88/2020):

Cumprir com o disposto na Resolução CNJ n. 201, de 3 de março de 2015, e alcançar os melhores índices de Desempenho de Sustentabilidade – IDS (45 pontos)

A) Envio de todos os dados estatísticos indicados no sistema PLS-Jud (5 pontos). Envios periódicos no sistema corporativo socioambiental. [...]

B) Publicar e encaminhar ao CNJ o relatório a que se refere o art. 23 da Resolução (5 pontos). [...]

C) Possuir unidades ou núcleos socioambientais estruturados na forma prevista no art. 1º da Resolução (5 pontos). [...]

D) Valor do IDS do tribunal em relação aos demais tribunais do mesmo segmento de justiça:

d.1) igual ou maior do que o segundo quartil e menor que o primeiro quartil (10 pontos);

d.2) igual ou maior do que o primeiro quartil (20 pontos). [...]

E) Aumento do IDS em pelo menos 10 pontos percentuais entre os anos-base de 2018 e 2019 (10 pontos). [...]

O documento inaugural do PLS-PJSC, aprovado em 2015<sup>1</sup>, indica a metodologia que norteia a elaboração do PLS-PJSC, de acordo com o qual se realizam periodicamente:

a) A colheita mensal e anual dos indicadores (Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015);

b) A atualização anual do inventário de bens, materiais e serviços contratados com critérios de sustentabilidade (artigos 15 e 17 da Resolução CNJ n. 201/2015);

---

<sup>1</sup> Processo administrativo 6790/2018, doc. 72818/2016, p. 33





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

c) A atualização anual das práticas sustentáveis consolidadas no PJSC (artigo 16 da Resolução CNJ n. 201/2015);

d) O relatório anual do desempenho do plano de ações do ano corrente (artigo 23 da Resolução CNJ n. 201/2015);

e) A identificação anual das ações para o ano subsequente (artigo 23 da Resolução CNJ n. 201/2015).

A partir da aprovação anual do Plano de Logística Sustentável, deflagram-se as etapas de acompanhamento e monitoramento de dados, de avaliação dos resultados, de revisão do plano e de divulgação.

Os dados quantitativos dos indicadores socioambientais previstos no Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015 são monitorados por meio de colheita mensal e/ou anual junto às áreas responsáveis e são cadastrados no “Sistema CNJ Corporativo – Perfil Socioambiental”. O relatório de indicadores do ano corrente é entregue anualmente até 28 de fevereiro do ano subsequente, consoante o prazo do Anexo 1, Glossário de Indicadores, 1ª edição, da mesma resolução.

A Comissão de Gestão Socioambiental avalia o progresso do plano de ações, o cumprimento de metas e a realização das práticas sustentáveis. A revisão anual do Plano de Logística Sustentável da instituição concretiza-se por meio do relatório de desempenho, conforme o artigo 23 da Resolução CNJ n. 201/2015.

No relatório de desempenho apresentam-se a consolidação dos resultados alcançados ao longo do exercício, a evolução do desempenho e o cumprimento das ações e metas, bem como a identificação das ações para o próximo período. A publicação do documento ocorre periodicamente na página [www.tjsc.jus.br/web/guestao-socioambiental/plano-delogistica-sustentavel](http://www.tjsc.jus.br/web/guestao-socioambiental/plano-delogistica-sustentavel).

Art. 23. Ao final de cada ano deverá ser elaborado por cada órgão e conselho do Poder Judiciário relatório de desempenho do PLS-PJ, contendo:  
I – consolidação dos resultados alcançados;  
II – a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I;  
III – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

§ 1º Os relatórios deverão ser publicados no sítio dos respectivos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e encaminhados, em forma eletrônica, ao CNJ até o dia 20 de dezembro do ano corrente pela autoridade competente do órgão ou conselho.

§ 2º O DPJ disponibilizará aos órgãos e conselhos do Poder Judiciário acesso ao sistema informatizado para compilação das informações quanto ao PLS-PJ com o objetivo de padronizar o envio e recebimento de dados e facilitar a análise dos indicadores que avaliarão o índice de sustentabilidade das instituições.

Assim, anualmente, desde 2016, o PLS-PJSC é revisado e atualizado por meio do relatório de desempenho, da proposição de metas para o ano subsequente e da elaboração do inventário de contratações com critérios socioambientais na aquisição e da lista de práticas sustentáveis.

As áreas que participam do PLS-JUD foram instadas a apresentar o relatório de desempenho das ações do ano corrente e o plano de ações para 2020, bem como a atualização dos demais itens. As áreas participantes são a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, a Diretoria de Gestão de Pessoas, a Diretoria de Infraestrutura, a Diretoria de Material e Patrimônio, a Diretoria de Saúde, a Diretoria de Tecnologia da Informação, a Diretoria-Geral Administrativa e a Secretaria de Gestão Socioambiental.

<b>Documentos no SEI</b>	<b>Relatório PLS 2020</b>	<b>Proposição PLS 2021</b>
Diretoria de Engenharia e Arquitetura	5178064	5178048
Diretoria de Gestão de Pessoas	5178057	5177943
Diretoria de Infraestrutura	5175455	5176673
Diretoria de Material e Patrimônio	5175873	5175882
Diretoria de Saúde	5177921, 5177923, 5177926	5177938
Diretoria de Tecnologia da Informação	5180615	5176916
Diretoria-Geral Administrativa	5180750	5180756

A Secretaria de Gestão Socioambiental executou a compilação dos dados e a elaboração do relatório em cumprimento ao inciso XIII do artigo 5º da Resolução GP n. 28/2015.

O documento organiza-se em cinco seções: (1) Apresentação; (2) Inventário de bens, materiais e serviços com critérios de sustentabilidade na aquisição;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

(3) Lista de práticas sustentáveis desenvolvidas no PJSC; (4) Relatório do desempenho do PLS-PJSC 2020; e, (5) Plano de ações para 2021.

Os membros da Comissão de Gestão Socioambiental aprovaram o PLS-PJSC 2020/2021 em reunião realizada por videoconferência em 27 de novembro de 2020, conforme documento n. 5215187 dos autos de processo administrativo eletrônico n.6790/2018.

Comissão de Gestão Socioambiental  
Novembro de 2020.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

## 2 INVENTÁRIO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS CONTRATADOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM 2020

Foram listados 57 bens, materiais e serviços que incluíram critérios socioambientais na aquisição no decorrer de 2020:

Tabela 1- Resultado da atualização do Inventário

DEA	DIE	DMP	DS	DTI	SGS	TOTAL
16	7	4	2	7	21	57

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

Os itens estão agrupados por diretoria ou área do TJSC, contendo a descrição e o número do convênio, contrato ou ARP.

### 2.1 DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
<i>Brise soleil</i> nas fachadas com maior incidência de raios solares	Os brises são especificados em fachadas para reduzir a incidência de raios solares, minimizando o uso de ar condicionado.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações
Contratos de obras de construções, reformas e ampliações	A utilização de material para a cobertura que favoreça o isolamento térmico minimiza o uso de ar condicionado.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Equipamentos de climatização – ar condicionado (tipo janelheiro e Split)	Equipamentos de ar condicionado do tipo janela são especificados com selo PROCEL, com índices de eficiência energética A. Equipamentos de ar condicionado do tipo Split são especificados para compra apenas modelos do tipo inverter, com economia de energia	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

	elétrica da ordem de 30% com relação a outros modelos, e também seguem especificados para selo PRO-CEL, com índices de eficiência energética A ou B	
Lâmpadas de alto rendimento	Lâmpadas de alto rendimento, que não utilizam metais pesados na sua composição.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial
Sistema de acionamento automático da iluminação	A iluminação com acionamento automático em áreas de pouca utilização (como garagens e escadas enclausuradas) reduz o consumo de energia elétrica.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Madeira de origem legal	O uso de madeira de origem legal, proveniente de manejo florestal ou reflorestamento, comprovada mediante apresentação de certificado de procedência, contribui para o uso planejado dos recursos naturais.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Tintas à base de água	O uso de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo evita a contaminação do ambiente no processo de pintura e descarte dos produtos.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Pavimentação externa com bloco intertravado	Blocos que garantem maior percentual maior de permeabilidade no solo (favorece a infiltração das águas das chuvas).	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Torneira acionamento hidromecânico e fechamento automático	As torneiras com sistema de acionamento hidromecânico são acionadas com leve pressão da mão e fechamento automático temporizado em aproximadamente 6 segundos o que garante economia de água. Sistema prático, com elevada vida útil, resistência a depredações gerando economia e maior higiene, pois uma vez acionado, o usuário não tem mais contato com o produto.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Mictórios instalações sanitárias masculinas	A instalação de mictórios em banheiros masculinos resulta em economia de água de até 75%. Os mictórios consomem de 1,5 a 2 litros de água por acionamento da descarga para descarte de urina. As bacias sanitárias comuns, com meia descarga, usam 3 litros. As válvulas sem duplo acionamento gastam, em média, 6 litros. Serão utilizados torneira automática temporizada com acionamento por pressão.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Válvula de descarga de duplo acionamento para instalações sanitárias	Usar sempre a mesma quantidade de água nas descargas é desperdício. O sistema de duplo acionamento oferece a opção para despejar três ou seis litros na bacia sanitária, de acordo com a necessidade. A economia de água depende do usuário com a correta utilização.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações
Caixa de descarga com válvula de acoplada	O uso de caixa acoplada favorece a economia de água quando utilizada adequadamente. A principal vantagem é que são utilizados mecanismos de entrada e saída que possibilitam diferentes benefícios e a necessidade da espera de seu enchimento para liberar uma nova descarga, evitando assim acionamentos repetitivos desnecessários. Uma breve comparação: válvulas de descarga gastam cerca de 1,8 litro por segundo, ou seja, acionar a válvula por cerca de quatro segundos gasta mais que uma descarga em caixa acoplada.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações em sanitários de uso privativo, contratos de manutenção predial.
Sistema de reaproveitamento de águas das chuvas	O sistema de reaproveitamento de águas das chuvas reduz o consumo de água fornecida pela concessionária.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações
Equipamentos para transporte vertical (elevadores)	Elevadores com sistema inteligente na partida e frenagem da cabine, variadores de frequência e variadores de voltagem.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Bicicletários	A instalação de bicicletários nos prédios estimula o uso pelo servidor e público, o que possivelmente reduz a circulação de automóveis.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção.
Tapume ecológico	O uso de tapume ecológico de matéria-prima reciclada e/ou reciclável (placa ecológica tetrapak) reduz o entulho decorrente da obra.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações

## 2.2 DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Serviços continuados de fabricação de móveis sob medida	-Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), que identifica as pessoas físicas e jurídicas e sua localização, em razão das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais por elas exercidas, na forma da IN IBAMA n. 6/2013 e suas alterações. - Certificado de Cadeia de Custódia, emitido pela FSC do Brasil (Forest Stewardship Council) ou Cerflor - Certificação Florestal ® (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), que garanta a rastreabilidade do MDF desde a produção da matéria prima que sai das florestas até a entrega ao consumidor final.	Dispensa de licitação n. 36/2020 – Contrato n. 45/2020
Copo plástico 180 ml	Copo plástico descartável, em conformidade com a ABNT – NBR 14865 atualizada, produzido em 100% polipropileno (PP), com capacidade de 180ml.	Pregão eletrônico n. 048/2019 - ARP 1809 – validade até 02/05/2020.
Máquina de Lavar roupa	Equipamentos adquiridos com a exigência de classificação “A” no Programa Nacional de Conservação de	Pregão eletrônico n. 069/2019 - ARP 1852 – validade até 08/07/2020.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	Energia Elétrica (Portaria INMETRO/MDIC número 20 de 01/02/2006).	
Refrigerador Frost Free	Equipamento adquirido com a exigência de classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO/MDIC número 20 de 01/02/2006).	Pregão eletrônico n. 069/2019 - ARP 1852 – validade até 08/07/2020.
Refrigerador (frigobar)	Equipamento adquirido com a exigência de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe "A", nos termos da Portaria INMETRO nº 234 de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;	Pregão eletrônico n. 069/2019 - ARP 1852 – validade até 08/07/2020.
Forno de micro-ondas	Equipamento adquirido com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe "A", nos termos da Portaria INMETRO nº 497 de 28/12/11, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Pregão eletrônico n. 069/2019 - ARP 1852 – validade até 08/07/2020.

### 2.3 DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Mobiliário padronizado	Certificado de Cadeia de Custódia, emitido pela FSC do Brasil (Forest Stewardship Council), pelo CERFLOR - Certificação Florestal ® (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) ou por certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, que garantem a rastreabilidade desde a produção da matéria prima que sai das florestas até a entrega ao consumidor final, ou por qualquer outro meio de prova	Pregão 200/2019 - (Processo:0009079-03.2019.8.24.0710) Atas de Registro de Preços ns. 1983, 1984, 1992, 1994, 1990 (vigentes até maio/junho de 2021)





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	que comprove o atendimento das características exigidas.	
Papel fabricado com resíduos do bagaço da cana	Papel sulfite de papelaria, produzido à base de fibras extraídas da reciclagem do bagaço de cana de açúcar, alvura mínima de 88%, opacidade mínima de 86 a 92%, umidade de 3% até 5% em conformidade com as normas da ABNT, corte rotativo, PH alcalino, isento de cloro elementar EFC	Pregão 140/2019 - Ata de Registro de Preços nº 1897 (vigente até 17.09.2020)
Caneta esferográfica azul, fabricada com material reciclado	Caneta esferográfica azul personalizada – corpo cilíndrico, translúcido, composto de uma mistura de polipropileno de baixa densidade e de, no mínimo 70% de material reciclado, proveniente de aparas de produção.	Pregão 103/2019 - Ata de Registro de Preços nº 1868 (vigente até 11.08.2020)
Água sanitária	Embalagem: caixas contendo 6 frascos com 2 litros, reduzindo a quantidade de resíduos plásticos (até então este item era adquirido em caixas contendo 12 frascos com 1 litro).	Pregão 20/2020 - Ata de Registro de Preços nº 1978 (vigente até 12.05.2021)

## 2.4 DIRETORIA DE SAÚDE

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos de saúde	Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos de saúde dos Grupos A4 (infectantes), E (perfurocortantes) e B (resíduos químicos)	Contrato 124/2017
Recebimento e destinação ambientalmente correta dos remédios vencidos	Receber e destinar medicamentos vencidos	Contrato 124/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

2.5 DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Aparelhos celulares para telefonia móvel no regime de comodato	A empresa contratada deve atender a aplicação da política de logística reversa dos produtos adquiridos no regime de comodato, encaminhando os equipamentos para o correto descarte ou reaproveitamento do material em atenção as políticas de sustentabilidade ambiental previstas pela ANATEL e no que tange aos resíduos sólidos a lei 12.305/2010, sem ônus ao contratante. Redução de custos de deslocamento, utilização de papel e outros suprimentos, a partir da utilização de recursos dos smartphones.	Contrato n. 280/2016
Centrais telefônicas, baseadas em computadores já disponíveis no TJSC, e videoconferência, baseada na plataforma de software Livre BigBlueButton	Com a implantação do VoIP 2 houve a redução de 106 para 14 centrais telefônicas, que são substituídas por computadores especialmente configurados para operarem como tal e dotados de sistemas específicos com funcionalidades relacionadas à telefonia. Como consequência positiva para o meio ambiente, haverá a diminuição do consumo de energia elétrica, utilização de espaço físico e dos gastos com refrigeração do local de instalação do servidor. A videoconferência tem por objetivo atender às necessidades de realização de audiências e reuniões à distância, empregando uma tecnologia que permite o contato visual e sonoro entre pessoas que	Contrato n. 167/2019



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	estão em lugares distintos, evitando deslocamento de servidores, partes e advogados e, reduzindo gastos com energia elétrica e água.	
Aquisição de Nobreak	Nobreak item necessário para energizar os equipamentos do CPD das comarcas, incluindo servidores, switch e outros equipamentos. Realizou-se a aquisição de nobreak com potência entre 3kVA a 3.3kVA e tecnologia de monitoramento remoto, com garantia de 12 (doze) meses, desconexão dos nobreaks (Lacerda ou SMS) instalados nas unidades judiciais (retirada e recolhimento das baterias usadas – internas ou externas), descarte ecológico, instalação dos novos equipamentos, fornecimento e configuração de software de monitoramento remoto centralizado de múltiplos equipamentos	Pregão Eletrônico n. 130/2019 SEI n. 28034/2016
Manutenção de Ultrabooks	Manutenção corretiva dos equipamentos, com limpeza, revisão e substituição de peças do modelo Ultrabook HP9470m. O objetivo é prolongar a vida útil do equipamento e evitar a substituição, deixando de descartar equipamentos, e ainda diminuindo consumos de energia elétrica, com equipamentos revisados.	Contrato n. 79/2019
Digitalização de Grande Porte	Realização de grande volume de digitalização de documentos para o acervo de processos do TJSC. Visa facilitar o acesso dos interessados aos autos. Diminuir a procura por vistas de processos físicos. Liberar espaços	Contrato n. 63/2020



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	onde hoje são mantidos os processos físicos.	
Aquisição de televisores, suportes para TV, cabos HDMI de 5 metros e cabo extensor USB de 5 metros - Vídeo Wall	Aquisição indispensável à necessidade pública de projeção de relatórios, gráficos situacionais, simulação de cenários, estatísticas, processuais, apresentações de projetos, sustentação oral por parte de advogados, apoio em videoconferência, dentre outras aplicações que subsidiarão tomada de decisão por parte dos Gestores deste Poder e efetividade na prestação jurisdicional.	Pregão Eletrônico n. 59/2019 Atas de Registro de Preços ns. 1832 a 1844.
Aquisição de Peças e Insumos de Informática	Aquisição de peças de reposição para microcomputadores, impressoras e material de consumo de informática. Utiliza-se critérios de logística reversa e descarte sustentável de peças e resíduos. Objetivo de manter o parque computacional com máquinas em ótimo funcionamento, a fim de lhes prolongar a vida útil, tornando-as mais eficientes energeticamente, e ainda evitando descarte de máquinas que podem ser otimizadas.	SEI ns. 0010605-05.2019.8.24.0710 0010645-4.2019.8.24.0710 0010650-09.2019.8.24.0710 0010654-46.2019.8.24.0710 Ata de Registro de Preços ns. 1878, 1874, 1880, 1856, 1857 e 1858.

## 2.6 SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – DGA

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Leste	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos	Contrato n. 114/2018



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Norte	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 113/2018
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Sul	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 117/2018
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Oeste	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 92/2018



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Meio Oeste	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 90/2018
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Vale do Itajaí	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 93/2018
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – TJ e Comarca de Florianópolis	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.115/2017
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região da Grande Florianópolis	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n.19/2020
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Grande Florianópolis	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 79/2017
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Sul e Sudeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 19/2020



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região do Litoral Norte	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 50/2017
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Meio Oeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 125/2019
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Oeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 126/2019
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Chapecó, Palmitos e São Carlos	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.27/2019
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Lages	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.39/2019
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Descanso e São Miguel do Oeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.40/2019
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Otacílio Costa	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.41/2019
Coleta e Compostagem de Resíduos Orgânicos – Região Sul	Coleta de resíduos orgânicos classe II A não inertes (resíduos de poda e jardinagem e resíduos de copa e cozinha), compreendendo a pesagem, o transporte e a compostagem aeróbica para a produção de adubo orgânico.	Contrato 245/2016
Coleta e trituração de processos findos	Coleta de processos findos da Divisão de Arquivo, compreendendo a coleta, a pesagem o transporte, a trituração através de processo que assegure a garantia do	Contrato 47/2016



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

	sigilo das informações contidas nos documentos e a destinação final adequada à legislação ambiental.	
Convênio de logística reversa de cartuchos – Lexmark	Recolhimento de cartuchos de toner vazios para remessa ao centro de reciclagem de acordo com a legislação ambiental vigente.	Convênio n. 182/2015 vigente até 15.11.2022
Convênio de logística reversa de cartuchos – Hewlett Packard	Recolhimento de cartuchos de toner vazios para remessa ao centro de reciclagem de acordo com a legislação ambiental vigente.	Convênio n. 174/2013 vigente até 11.09.2022





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

### 3 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA EM 2020

As práticas sustentáveis são ações já consolidadas, que fazem parte da rotina da instituição. O levantamento das práticas baseia-se nos temas do art. 16 da Resolução CNJ n.201/2015, quais sejam: uso eficiente de insumos e materiais (subdivida conforme critérios da Comissão); energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Nesta edição, foi verificada a existência de 105 práticas sustentáveis:

Tabela 2- Quantitativo de práticas sustentáveis 2020

TEMA	QUANTIDADE
Inciso I – Uso eficiente - Papel e suprimentos de impressão	4
Inciso I – Uso eficiente - Material de consumo – planejamento e uso	5
Inciso I – Uso eficiente - Sistemas informatizados	6
Inciso I – Uso eficiente - Copos descartáveis e água envasada	3
Inciso I – Uso eficiente - Telefonia	2
Inciso I – Uso eficiente - Documentos, materiais e bens móveis	5
Inciso II – Energia elétrica	14
Inciso III – Água e esgoto	7
Inciso IV – Gestão de resíduos	16
Inciso V – Qualidade de vida	36
Inciso VI – Sensibilização e capacitação socioambiental	2
Inciso VII – Contratações sustentáveis	2
Inciso VIII – Deslocamento de Pessoal	3
<b>Total</b>	<b>105</b>

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

A seguir, demonstram-se os detalhes das ações e as áreas responsáveis, organizados por tema.

#### 3.1 USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

### **3.1.1 Papel e suprimentos de impressão**

DMP – Acompanhamento periódico da distribuição de papel A4 às Unidades do PJSC, com indicações das unidades que não apresentaram redução no consumo em relação ao período anterior. O acompanhamento demonstrou que, no ano de 2020, não houve ampliação nas solicitações de nenhuma Unidade Requisitante. Pelo contrário. Houve diminuição no consumo que supera 20% em relação a 2019, conforme item 4.1.

DTI - uso mínimo da impressora, apenas para documentos oficiais.

DTI – Redução do uso de papel pela utilização de aparelhos celulares e WhatsApp Business para comunicações oficiais;

SGS/DTI/DMP - Logística reversa em relação aos cartuchos/toner.

### **3.1.2 Material de consumo – planejamento e uso**

DMP – Monitoramento do histórico de consumo dos bens estocáveis, visando a redução do consumo, com indeferimento de parte do quantitativo solicitado, sempre que possível;

DMP – A decisão da Administração de encerrar os serviços de copa ensejou a doação, a credenciados interessados, dos itens de copa estocados (Edital de Credenciamento n. 55/2020) e a descontinuidade das contratações para aquisições de insumos como café, leite, açúcar, adoçante. A partir de março de 2020, deixou-se de consumir aproximadamente 18.500kg de café e 15.000kg de açúcar, gerando, por consequência, redução na geração de resíduos orgânicos;

DIE/DMP – Revisão das aquisições de itens estocáveis, a fim de submeter à Administração a tomada de decisão quanto à oportunidade e conveniência de manter contratações de bens de consumo em que o custo x benefício para a sociedade não se demonstra vantajoso.

DTI - Manutenção do equipamento adquirido por tempo mais prolongado com a renovação apenas da garantia

DTI - Ampliação do tempo de substituição dos aparelhos celulares em posse dos usuários



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

### **3.1.3 Sistemas informatizados**

DTI - Sistema de Cadastro/Recadastramento de Servidores e Magistrados incluindo a "pasta digital", onde todos os documentos são digitalizados e anexados ao cadastro, reduzindo o uso de papel e de toner, por não precisar de impressão.

DTI - Integração do eProc com as polícias civil e militar, com a redução de deslocamento de servidores e policiais.

DTI - Intimações unipaginadas, gerando redução de impressão.

DTI - Uso de videoconferência em reuniões administrativas, em substituição ao deslocamento para outras unidades do PJSC.

DTI - Uso de videoconferência em audiências judiciais, em substituição ao deslocamento de partes, testemunhas e advogados.

DTI - Obrigatoriedade do uso da videoconferência para a eliminação da expedição de cartas precatórias e oitiva de réus presos (Res. 24/2019).

### **3.1.4 Copos Descartáveis e Água envasada**

SGS/DIE - Sensibilização permanente para a substituição do uso de copos descartáveis por copos e canecas retornáveis duráveis ou biodegradáveis, na página eletrônica da SGS.

DIE – Distribuição limitada de água engarrafada e incentivo ao uso de água em garrafas de 20 litros.

DIE – Higienização periódica de bebedouros e sistemas de filtragem de acordo com os normativos legais ou instruções do fabricante.

### **3.1.5 Telefonia**

DTI - Utiliza-se prioritariamente comunicação por meio de dados ao invés de telefonia (e-mail, WhatsApp Business, videoconferência)

DTI - Centralização de serviços de telefonia (VoIP 2)

### **3.1.6 Desfazimento de documentos, materiais e bens móveis**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

DMP – Em 2020, o Poder Judiciário de Santa Catarina passou a contar com o programa dos 5 R (Reutilizar, Reduzir, Reciclar, Recuperar e Reintegrar) na gestão patrimonial, coordenado pela Diretoria de Material e Patrimônio (DMP). A intenção do programa é dar destinação consciente aos bens de propriedade do Poder Judiciário, desde a revisão da efetiva necessidade da manutenção do uso destes bens até sua destinação final.

Este programa se justifica porque traz benefícios próprios da política dos 5 R como: garante a reutilização de bens por outros órgãos ou entidades, dando nova utilidade aos bens inservíveis; reduz o consumo por novos bens; reduz despesas públicas; reduz a acumulação de resíduos; contribui para o uso racional dos recursos naturais; possibilita a utilização de espaços em imóveis que anteriormente abrigavam bens inservíveis; garante a correta destinação dos bens irrecuperáveis à natureza.

SGS - Coleta e destinação adequada de bens apreendidos judicialmente.

SGS - Coleta e destinação adequada de bens inservíveis.

SGS - Descaracterização, coleta e destinação adequada de documentos e processos judiciais de acordo com a tabela de temporalidade e Recomendação CNJ 37/2011.

SGS - Incentivo permanente à reutilização de materiais na página eletrônica da SGS.

### 3.2 ENERGIA ELÉTRICA

DEA – Utilização de brise soleil – filtros de luz - visa aumentar os ganhos térmicos da edificação. Em consequência reduzir o consumo de energia elétrica com o uso de ar-condicionado e luminárias.

DEA – Instalação de lâmpadas alternadas - Instalação de interruptores por grupo de lâmpadas alternadas, que permita o uso de iluminação parcial necessária.

DEA – Avaliação anual dos Contratos de Fornecimento de Energia – Trata-se do acompanhamento da modalidade de tarifação e da demanda contratada de fornecimento de energia.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

DEA – Diagnóstico das instalações elétricas visando propor as alterações necessárias para redução de consumo.

DEA – Utilização de calhas refletoras visando melhorar a qualidade da iluminação.

DEA – Utilização de Lâmpadas LED - Especificação de projeto para iluminação com lâmpadas do tipo LED.

DEA – Utilização de equipamentos de ar condicionado do tipo inverter, com economia de energia elétrica da ordem de 30% com relação a outros modelos, e também seguem especificados para selo PROCEL, com índices de eficiência energética A ou B.

DEA - Película de Vidro - garantir o conforto térmico projetando o ar condicionado nos ambientes de forma a também minimizar os gastos com energia.

DEA - Transporte Vertical – Equipamentos para o transporte vertical com a utilização de elevadores e plataformas elevatórias (para pessoas com deficiência - PCD) de alta eficiência, com inteligência artificial de maneira a utilizar a energia de forma racional.

DEA – Construção de telhado verde para equilíbrio de temperatura e economia energética, com a redução da exigência do equipamento de ar-condicionado.

SGS e DEA – Sensibilização permanente para redução do uso de energia elétrica: desligar as luzes, equipamentos, incentivo ao uso da luz solar (iluminação natural), na página eletrônica da SGS.

SGS e DEA – Sensibilização permanente para uso racional do ar condicionado e observação da melhor eficiência energética no momento de aquisição, na página eletrônica da SGS.

DTI – Em toda contratação, busca-se equipamentos com alta eficiência energética, como especificação mínima de watts/hora de fontes de ultrabook e de mini desktop.

DTI - Substituição dos equipamentos de rede antigos por novos que consomem menos energia.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

### 3.3 ÁGUA E ESGOTO

DEA – Manutenção preventiva e corretiva – contratação de empresa especializada para tratamento e manutenção preventiva mensal na água de condensação e água gelada do sistema de climatização, com exigência de respeito a legislação ambiental vigente, exigindo a empresa que nenhum produto seja agressivo ao meio-ambiente, e solicitando registro dos produtos utilizados em órgão nacional competente, ANVISA e IBAMA quando aplicável.

DEA – aproveitamento de água da chuva em vaso sanitário e jardim.

DEA – tratamento de esgoto – Por ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) da Rede Pública, ETE Própria ou Sumidouro.

DEA – Realização de levantamento e monitoramento, periódico da situação das instalações hidráulicas visando alterações necessárias para redução do consumo.

DEA – Substituição de torneiras com temporizador e aerador visando evitar o desperdício de água.

SGS e DEA – Sensibilização permanente para redução de uso de água na página eletrônica da SGS.

DIE – Monitoramento e controle do consumo de água e esgoto. A DIE recebe mensalmente as faturas de água e esgoto das unidades que compõe o PJSC, alimenta o sistema SCT com as informações e instrui o processo de pagamento. Quando ocorre um desvio padrão no consumo, a Seção de Controle de Custos envia um e-mail para a unidade consumidora fazendo um alerta do aumento do consumo, juntamente com o relatório de consumo dos últimos 12 meses e solicita que a unidade verifique eventuais problemas de vazamento. Referido e-mail é enviado com cópia à Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

### 3.4 GESTÃO DE RESÍDUOS

SGS – As atividades de gestão da coleta seletiva nas unidades do TJSC e nas comarcas, e de logística reversa dos resíduos, são realizadas de acordo



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, Resolução CO-NAMA n. 275/2001 e Decreto 5.940/2006 e demais normas aplicáveis.

SGS – Coleta seletiva e destinação adequada de resíduos de classe II.

SGS – Coleta e inutilização dos bens e materiais inservíveis, incluídos os resíduos perigosos (pilha, bateria, eletroeletrônicos e insumos de informática), com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Coleta e destruição dos bens apreendidos judicialmente com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Coleta e fragmentação de documentos sigilosos, físicos e digitais, com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Coleta e destinação adequada de resíduos orgânicos (pó de café e jardinagem) com retorno de 5% em adubo para ser usado nos jardins.

SGS – Campanhas para o consumo consciente são desenvolvidas e o material disponibilizado no site da SGS ([www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental](http://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental)).

SGS – Credenciamento a fim de firmar convênio com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, ao invés de empresas privadas, conforme preconizado pela Lei n.12.305/2010.

DEA – Descarte adequado de lâmpadas e reatores queimados (contratos de reformas e manutenção predial).

DEA – Inclusão de ambiente destinado à guarda provisória de lixo reciclável na concepção dos projetos arquitetônicos de novos prédios (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).

DEA - Adequação do projeto arquitetônico à topografia original do terreno, quando possível, reduzindo a movimentação de terra necessária (contratos de obras de construção ou ampliação).

DEA - Composição de espaços arquitetônicos de forma a favorecer alterações futuras de leiaute, evitando ou reduzindo as intervenções e, conseqüentemente, os resíduos decorrentes da obra (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

DEA - Inclusão de cláusula nos contratos de obras de reforma ou construção de edificações quanto à responsabilidade das empresas em informar mensalmente ao Poder Judiciário acerca da quantidade de resíduos produzidos na obra que foram encaminhados à reciclagem, bem como o local de destino dos resíduos.

DTI – Uso de desktops virtuais, o que gera menos resíduo computacional.

DS – Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos dos Grupos A4 (infecantes), E (perfurocortantes) e B (resíduos químicos).

DS – Recebimento e destinação ambientalmente correta dos remédios vencidos.

### 3.5 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

DS – Avaliação social e monitoramento de servidores com Readaptação Funcional ou com Redução de Carga Horária por motivo de doença (DAS);

DS – Avaliação social de servidores requerendo Remoção/Disposição por motivo de doença (DAS);

DS – Avaliação social de magistrados e servidores para Isenção de Imposto de Renda (DAS);

DS – Assistência para Internação e acompanhamento de magistrado e servidor internado em instituição de saúde por motivos psiquiátricos e dependência química (DAS);

DS – Atendimento psicológico emergencial a magistrados e servidores (DAS);

DS – Avaliação psicológica de magistrados e servidores em Licença para Tratamento de Saúde e Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família (DAS);

DS – Avaliações psicológicas de servidores com pedido de readaptação funcional ou com pedido de remoção (DAS);

DS – Avaliação psicológica de candidatos à Magistratura (DAS);





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

DS – Avaliação psicológica de candidatos à admissão no cargo efetivo e comissionado (DAS);

DS – Avaliação Psicossocial para magistrados e servidores indicados para aposentadoria por invalidez (DAS);

DS – Comunicação humanizada de aposentadoria por invalidez a magistrados e servidores (DAS);

DS – Exame psicotécnico aos Juízes Substitutos em processo de Vitaliciamento (DAS);

DS – Aquisição e distribuição de materiais e testes psicológicos para todos (as) psicólogos (as) do Poder Judiciário (DAS);

DS – Sensibilização de chefias e equipes de trabalho para a reinserção de servidores afastados para tratamento de saúde por longos períodos (DAS);

DS – Prestação de serviço de informação farmacêutica (DAS);

DS – Atendimento aos pedidos de orçamento de medicamentos (DAS);

DS – Recebimento e destinação de medicamentos vencidos (DAS);

DS – Envio de medicação para os colaboradores de todas as unidades judiciárias do Poder Judiciário (DAS);

DS – Atendimento odontológico de emergência, preventivo e curativo aos magistrados e servidores ativos, com ênfase na profilaxia oral e nas restaurações dentárias. Além de orientações sobre higiene bucal (DAS);

DS – Atendimento de urgência/emergência na Seção de Pronto Atendimento (DAS);

DS - Atendimento de urgência/emergência durante eventos do Pleno (DAS);

DS – Atendimento médico móvel de urgência com cobertura em 15 (quinze) áreas do Poder Judiciário (DAS);

DS – Semana da Saúde, a fim de conscientizar os magistrados e servidores do PJSC sobre boas práticas para a preservação da saúde (DAS);

DS - Campanha Outubro Rosa – Câncer de Mama (DAS);

DS - Campanha Novembro Azul – Câncer de Próstata (DAS);



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

DS – Avaliação de ambientes de trabalho a fim de levantar os riscos ambientais e os riscos associados ao trabalho para melhor adaptar o colaborador que possui limitações ao seu posto de trabalho (DPAS);

DS – Avaliação de Planilhas Antropométricas (DPAS);

DS – Disponibilização de Acessórios Ergonômicos (DPAS);

DS – Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's (DPAS);

DS – Elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT (DPAS);

DS – Elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (DPAS);

DS – Atendimento ergonômico on line (DPAS);

DS – Realização de vídeos educativos para adequação ergonômica do posto de trabalho e para exercícios de alongamentos (DPAS);

DS – Realização do programa Encontros com a Saúde, com orientações ergonômicas (DPAS);

DS – Participação na equipe Inteira de acompanhamento e atendimento ergonômico aos magistrados e servidores PCD's (DPAS);

DS- Campanha de vacinação contra a gripe, no período de 23/03 a 21/06/2020, no qual foram vacinados 3.970 colaboradores do PJSC, entre eles: magistrados e servidores ativos, militares, servidores à disposição do Poder Judiciário, estagiários, residentes judiciais e voluntários registrados no sistema de recursos humanos do PJSC (DPAS).

### **3.6 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

SGS – Semana do Meio Ambiente: evento realizado desde 2010 que aborda diversas temáticas socioambientais no Tribunal de Justiça e nas comarcas.

AJ – Curso Nivelamento de Servidores: o curso – que foi elaborado pelo CNJ e é promovido no TJSC em diversas edições anuais por meio da Academia Judicial – contém um capítulo específico dedicado ao Plano de Logística Sustentável.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

### 3.7 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

DMP – No planejamento das contratações, é obrigatório a manifestação da Unidade Requisitante sobre as práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis quando da elaboração do Projeto Básico. A lista de verificação, instrumento consolidado neste Tribunal, permite a anotação do cumprimento desta etapa, ainda que a conclusão da unidade seja pela não implementação do critério. Tal prática, incentiva as unidades requisitantes a buscarem soluções sustentáveis para a necessidade pública e promove discussões sobre o tema, o que, conseqüentemente, aumenta a maturidade institucional do órgão quanto ao aspecto da sustentabilidade das contratações;

DMP – Ainda no planejamento das contratações, mais especificamente quanto ao aspecto social da sustentabilidade, instituiu-se ao longo do tempo procedimentos que garantem a observância dos benefícios conferidos às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar 123/2006. As contratações de pequeno valor relativas à Secretaria do Tribunal de Justiça<sup>2</sup> que ultrapasassem 0,5% da alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei n. 8.666/93 se submetem ao procedimento de cotação eletrônica, nos termos da Resolução GP n. 42/2018

Em todos os procedimentos, inclusive nas dispensas e inexigibilidades, é exigido das Unidades Requisitantes justificativa para o afastamento das benesses às MEs e EPPs, motivação que passa sob o crivo do parecerista que aprova o edital de licitação e/ou minuta de contratação.

### 3.8 DESLOCAMENTO DE PESSOAL

DIE- Contratação de transporte de passageiros por meio de aplicativo com o objetivo de reduzir o número de veículos à disposição, economia em relação ao

---

<sup>2</sup> Estão abrangidas as dispensas de licitação em razão do valor realizadas pelas Diretorias vinculadas à Presidência - DGA/DGJ - e pela Academia Judicial, Núcleo de Segurança Institucional e pelo Núcleo de Comunicação Institucional (<https://www.tjsc.jus.br/documents/3526468/3543339/Requisi%C3%A7%C3%A3o+de+Compra+-+Ins-tru%C3%A7%C3%B5es+de+preenchimento.pdf/5a3ca0e7-4e11-fef8-bb9e-0c19f3703693> ).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

modelo atual; modernização da gestão pública; controle preciso de deslocamentos, valores e atividades realizadas pelos usuários.

DTI - Suporte remoto aos usuários, evitando o deslocamento de servidor até a estação de trabalho de colegas de todo o Estado.

DTI - Viabilização do uso de videoconferência para a realização de audiências judiciais e reuniões administrativas, evitando o deslocamento de servidores, partes, testemunhas e advogados.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

#### 4 RELATÓRIO DE DESEMPENHO DAS AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL- PLS-PJSC/2020

Do plano de ações de logística sustentável de 2020, 26 metas foram atingidas, 15 foram parcialmente cumpridas e 14 não foram alcançadas, de um total de 55 ações.

Tabela 3 - Nominata das ações do PLS 2020 e situação de cumprimento

Categoria	Ação	Área	Meta	Situação do cumprimento
Papel	Campanha para uso racional de impressoras e de papel	DTI SGS DMP	20 % de redução no consumo do papel para impressão,	Cumprida
Copos	Campanha para motivar o uso de copos ou canecas duráveis em substituição ao uso de copos plásticos e ao uso de garrafinhas descartáveis	DIE SGS	Realizar 100% da campanha	Parcialmente cumprida
Telefonia	Implantação Voip 2 em todo o Estado	DTI	Reduzir de 106 para 14 o número de centrais telefônicas	Cumprida
Telefonia	Ampliação do tempo para troca Celulares; modem e mini modems	DTI	Aumentar de 1 para 2 anos o tempo de troca em todos os aparelhos	Cumprida
Energia elétrica	Substituição de ar condicionado do tipo janeleiro por split nas assessorias dos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas	DEA	Concluir a substituição, iniciada em 2019, dos 212 condicionadores de ar do tipo janeleiro por aparelhos do tipo split nas salas das assessorias de magistrados dos fóruns com até 5 varas, em conformidade com as diretrizes previamente definidas pela DEA e ratificadas pelo CGENG.	Parcialmente cumprida
Energia elétrica	Avaliação pós-ocupação da cobertura verde	DEA	100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Canoinhas.	Parcialmente cumprida



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Energia elétrica	Aquisição de solução hiperconvergente de servidores de rede e de armazenamento	DTI	80% dos serviços de TI rodando no novo ambiente	Não cumprida
Energia elétrica	Troca do equipamento switch cisco	DTI	100% dos equipamentos	Parcialmente cumprida
Água e esgoto	Ligação à rede pública de esgoto nos municípios que disponibilizam este serviço	DEA	Executar os serviços referentes à conexão à rede pública de tratamento de esgoto em no mínimo 4 prédios localizados em municípios que disponibilizam esse serviço.	Parcialmente cumprida
Gestão de resíduos	Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis	SGS	100% de celebração de convênios para atendimento das demandas em unidades do TJSC e Fóruns em cujos municípios sede das comarcas houver entidades ambientalmente licenciadas que tenham atendido o chamamento.	Cumprida
Gestão de resíduos	Adoção de novo modelo de separação e armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva.	SGS	100% das unidades administrativas do TJSC e 10% dos fóruns.	Parcialmente cumprida
Gestão de resíduos	Publicação de documento de padronização da separação e do armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva.	SGS	100% da publicação.	Não cumprida
Gestão de resíduos	Atualização do Plano de Gerenciamento de Resíduos	SGS	Documento atualizado e publicado na página institucional	Não cumprida
Gestão de resíduos	Projeto-piloto para coleta e destinação ambientalmente adequada de bitucas de cigarro	SGS	Instalar o programa em ao menos 2 prédios do Tribunal de Justiça	Não cumprida
Gestão de resíduos	Elaboração de projeto básico de serviços de coleta de resíduos orgânicos e realização de compostagem nas unidades judiciárias localizadas na Capital e região leste	SGS	100% de elaboração do projeto para unidades judiciárias localizadas na Capital e região leste	Não cumprida



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Gestão de resíduos	Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações de elaboração de projetos e orçamentação de obras de construção e reforma	DEA	100% de avaliação dos contratos com relação às exigências de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC dos projetos licitados em 2018.	Não cumprida
Reformas	Instalação/ampliação de bicicletários	DEA	Aumentar em 10% a quantidade de novos bicicletários a serem instalados nos prédios, que corresponderá a 82 prédios com este equipamento instalado.	Parcialmente cumprida
Limpeza	Realizar estudo para avaliar a possibilidade de adquirir produtos biodegradáveis	DIE DMP	Realizar 100% do estudo	Prejudicada <sup>3</sup>
Limpeza	Realizar projeto piloto na Unidade Presidente Coutinho para contratação de serviços de limpeza por metro quadrado com fornecimento de insumos ambientalmente adequados	DIE DMP	Elaborar projeto básico para contratação de serviços de limpeza com fornecimentos de insumos em pelo menos uma unidade do Poder Judiciário como projeto-piloto	Prejudicada <sup>4</sup>
Qualidade de vida	Acompanhamento do Desempenho	DGP	Realizar acompanhamento do desempenho de todos os servidores que apresentarem algum quesito insuficiente na Avaliação de Desempenho.	Parcialmente cumprida
Qualidade de vida	Atendimento Psicossocial	DGP	Atender todos os servidores que solicitarem apoio psicossocial. Indicador em número de servidores atendidos.	Cumprida
Qualidade de vida	Cartões Virtuais - Datas marcantes	DGP	Enviar as mensagens a todos servidores, magistrados e estagiários em datas especiais individualizadas. Indicador em número de cartões enviados.	Cumprida

<sup>3</sup> A ação do item Limpeza foi incluída equivocadamente no PLS 2019-2020, tendo sido realizada no PLS 2018-2019. O relatório sobre as mesmas, portanto, encontra-se no PLS do ano anterior e foram suprimidas da presente edição.

<sup>4</sup> Idem nota anterior.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Qualidade de vida	Diagnósticos Psicossociais	DGP	Realizar diagnóstico nas unidades jurisdicionais em atendimento às demandas da Presidência, CGJ, DGA, ou resultantes do acompanhamento do desempenho de servidores.	Parcialmente cumprida
Qualidade de vida	"Dicas" no Portal do Servidor	DGP	Disponibilizar uma dica de português e uma de saúde por mês durante todos os meses do ano, com no mínimo 1000 acessos a cada uma das postagens.	Cumprida
Qualidade de vida	Entrevistas de Lotação e Relotação de servidores na Secretaria do TJ	DGP	Realizar entrevistas com todos os convocados em concurso referentes à Secretaria do Tribunal de Justiça e com os servidores que solicitem relotação.	Cumprida
Qualidade de vida	Grupos Vivenciais	DGP	Realizar cinco grupos vivenciais (intervenção psicossocial organizacional) com servidores.	Não cumprida
Qualidade de vida	Homenagem aos servidores aposentados	DGP	Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano. Indicador em número de servidores homenageados.	Cumprida
Qualidade de vida	Programa Bem-Estar no Trabalho	DGP	Realizar 3 eventos para 30 servidores cada.	Não cumprida
Qualidade de vida	Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais	DGP	Realizar dois grupos no ano de com participação total de 24 servidores.	Não cumprida
Qualidade de vida	Programa de Melhoria do Clima Organizacional	DGP	Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 2 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias) no ano.	Não cumprida
Qualidade de vida	Programa de Preparação para a Aposentadoria	DGP	Realizar 2 eventos para 30 servidores cada.	Não cumprida
Qualidade de vida	Programa Integra	DGP	Identificar necessidades de todos novos servidores e estagiários com deficiência e oferecer condições adequadas de trabalho.	Cumprida





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Qualidade de vida	Programa Olhares	DGP	Realizar uma edição do programa no ano.	Cumprida
Qualidade de vida	Recadastramento de Aposentados	DGP	Recadastrar todos aposentados que solicitarem o atendimento no ano.	Cumprida
Qualidade de vida	Rodízio de Funções	DGP	Realizar uma edição do evento.	Não cumprida
Qualidade de vida	Sementes de Bem-Estar	DGP	Disponibilizar mensagens semanais no Portal do Servidor e por mensagem eletrônica a todos os servidores do PJSC	Cumprida
Qualidade de vida	Teletrabalho	DGP	Ter 450 servidores desempenhando suas atividades em Teletrabalho	Parcialmente cumprida
Qualidade de vida	Estudo para instituição de procedimentos em casos de acidente do trabalho	DS DGA DGP	Realizar 100% do estudo	Cumprida
Qualidade de vida	Elaborar protocolo de enfrentamento ao Assédio Moral	DS DGA DGP CGJ SIN- JUSC NCI	Distribuir a cartilha informativa à 50% dos magistrados e servidores que ocupam cargo de chefia	Não cumprida
Qualidade de vida	Facilitar a reinserção de servidores afastados por longos períodos	DS DGP	Atender 100% dos casos encaminhados pela Junta Médica	Cumprida
Qualidade de vida	Oferecer orientação em higiene bucal através da produção e fixação de folheto ilustrado nos sanitários de uso comum do PJSC	DS DIE NCI	Atingir 100% dos servidores que utilizam os sanitários de uso comum do PJSC	Cumprida
Qualidade de vida	Realizar estudos para implementação da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) nos postos de trabalho do PJSC	DS	Concluir o estudo com o propósito de implementar a prática de AET	Cumprida



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Qualidade de vida	Realizar estudos para implementar a Ginástica Laboral no PJSC	DS	Concluir o estudo com o propósito de realizar Ginástica Laboral em todas as unidades do PJSC	Parcialmente cumprida
Qualidade de vida	Realizar estudos preliminares para a construção e validação de instrumento de avaliação de riscos psicossociais e cognitivos	DS	Finalizar o estudo, contratar e implementar o instrumento no PJSC.	Parcialmente cumprida
Qualidade de vida	Atuar no processo de verificação dos riscos psicossociais/cognitivos	DS DGP	Preencher 100% dos quesitos estabelecidos pelo e-social e avaliar 100% do público obrigado ao e-Social	Parcialmente cumprida
Capacitação	Publicação de dados de consumo de papel, água engarrafada e copo plástico	SGS DIE DMP	100% da publicação	Parcialmente cumprida
Capacitação	Semana do Meio Ambiente	SGS	Participação de no mínimo 8 comarcas/setores do TJSC	Cumprida
Capacitação	Semana Lixo Zero	SGS	Publicar ao menos um e-mail marketing e um banner virtual nas páginas do TJSC	Não cumprida
Contratações	Estabelecer procedimentos que garantam a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte de maneira preferencial nos procedimentos de dispensa de licitação	DMP URs	Exigir justificativa em 100% das contratações diretas realizadas pela Secretaria do TJSC por meio de dispensa de licitação nos casos em que a preferência conferida às microempresas e empresas de pequeno porte não seja observada.	Cumprida

Além das ações previamente aprovadas para o PLS 2020, foram acrescentadas mais 7 ações de qualidade vida, especialmente em substituição àquelas canceladas em razão das medidas de contenção da pandemia de Covid-19.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Tabela 4 - Ações adicionais na categoria "Qualidade de vida"

Qualidade de vida	Programa de Educação Financeira	DGP	Mínimo de 12 publicações mensais com orientações sobre o tema. Indicador por número de acessos individualizados às dicas.	Cumprida
Qualidade de vida	Agradecimentos aos aposentados	DGP	Mínimo de 12 publicações no ano com homenagem aos servidores que se aposentaram. Indicador: número de servidores homenageados.	Cumprida
Qualidade de vida	Rodas de Apoio Virtuais	DGP	25 encontros com 100% colaboradores atendidos	Cumprida
Qualidade de vida	Ciclos de Acolhimento da Aposentadoria	DGP	20% dos colaboradores aposentados atendidos.	Parcialmente cumprida
Qualidade de vida	Mães do Judiciário	DGP	Promover 2 ciclos de rodas de conversa com as mães do judiciário	Cumprida
Qualidade de vida	Somos Todos PJSC	DGP	Promover uma ação por bimestre	Cumprida
Qualidade de vida	Conjunto de medidas de orientação, de prevenção e de contenção do Coronavírus a serem observadas pelos magistrados, servidores e colaboradores	DS	Atingir 100% dos magistrados, servidores e demais colaboradores do PJSC	Cumprida

Verifica-se, portanto a seguinte distribuição de cumprimento de ações, por categoria:

Tabela 5 - Resumo: cumprimento por categoria

<b>Categoria</b>	<b>Cumprida</b>	<b>Parcialmente cumprida</b>	<b>Não cumprida</b>
Papel	1	-	-
Copo plástico	-	1	-



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Telefonia	2	-	-
Energia elétrica	-	3	1
Água e esgoto	-	1	-
Gestão de Resíduos	1	1	5
Reformas	-	1	-
Qualidade de vida	19	7	7
Capacitação e sensibilização socioambiental	1	1	1
Contratações	1	-	-

Apresenta-se, a seguir, o relatório de desempenho das ações de 2020 organizado a partir das categorias de indicadores: papel, copos descartáveis, água envasada em embalagem plástica, impressão, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reformas, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida e capacitação socioambiental.

#### 4.1 PAPEL

A meta de redução de 20% foi estabelecida em 2019, considerando que se desconhecia a iminente pandemia que seria enfrentada no ano seguinte. Até março de 2020, os pedidos pela distribuição de papel eram indeferidos caso a meta fosse ultrapassada, considerando o histórico de consumo de cada unidade. A partir de março, com todos os serviços sendo prestados à distância, a redução foi ainda superior.

<b>Ação</b>	<b>Campanha para uso racional de impressoras e de papel</b>
Meta	20 % de redução no consumo do papel para impressão
Objetivo	Redução de consumo de papel, a partir de controle de solicitação de pedidos do material.
Responsabilidade	DTI/SGS/DMP
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

**Cumprida.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

A meta foi superada, alcançando redução expressiva de 64% no consumo de papel. Ao comparar a média mensal de distribuição de 2019 com a de janeiro/outubro de 2020, observamos os seguintes dados:

PAPEL A4 (média mensal):

2019: 4.990 resmas

2020 (até outubro): 1792 resmas

#### 4.2 COPOS E ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

A pandemia do Covid-19 alterou a forma de trabalho no Poder Judiciário de Santa Catarina. De março até setembro deste ano, as atividades do PJSC foram desenvolvidas de forma não presencial. Neste período observou-se uma importante redução no consumo de água mineral e copo plástico.

Segundo dados obtidos do consumo de água em garrafa de 500ml e copo plástico, comparando o período de janeiro a outubro de 2019 em relação ao mesmo período em 2020 houve uma redução de aproximadamente 76% no consumo de copo plástico e 58% no consumo de água em garrafa de 500 ml.

<b>Copo plástico</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>
JAN/OUT 2019	4.460.000	R\$ 128.125,96
JAN/OUT 2020	1.055.000	R\$ 23.834,56
Redução	-76,34%	-81,39%

<b>Água 500ml</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>
JAN/OUT 2019	398.424	R\$ 273.938,17
JAN/OUT 2020	167.364	R\$ 170.978,03
Redução	-57,99%	-37,58%

Além do trabalho não presencial como fator predominante para a redução do consumo de copo plástico, sobreveio a publicação da Resolução GP n. 14 de 8 de abril de 2020, que entre outras medidas de contingenciamento, definiu a rescisão de contratos relativos ao fornecimento de café e leite e os serviços de copeiragem e garçonaria.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Por este motivo e com a retomada gradual das atividades presenciais a partir de 23 de setembro, algumas atividades deixaram de ser realizadas no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tais como: serviços de copa (café e água) prestados em gabinetes; serviços de copa (café e água) prestados em sessões de julgamento, sessão do Tribunal Pleno, Órgão Especial entre outras, bem como reuniões, eventos e demais solicitações; e abastecimento habitual de água mineral nos frigobares de gabinetes.

Quanto ao PLS 2020, havia sido listada uma ação para o tema:

Ação	Campanha para motivar o uso de copos ou canecas duráveis em substituição ao uso de copos plásticos e ao uso de garrafinhas descartáveis.
Meta	Realizar 100% da campanha
Objetivo	Sensibilizar o público alvo para a importância de utilizar recipientes duráveis em substituição aos copos plásticos e garrafinhas de água descartáveis.
Responsabilidade	DIE/SGS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 3 – Copo plástico Grupo 4 – Água envasada Grupo 16 – Capacitação e sensibilização
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

**Parcialmente cumprida.**

Em cumprimento à ação, foi elaborada a campanha “Traga seu copo ou caneca”, com identidade visual e página eletrônica próprias. Entretanto, em razão da instituição do trabalho remoto no Poder Judiciário catarinense, de 17 de março a 22 de setembro e das medidas de retorno gradual, que limitaram em 30% a presença do público interno nos prédios desde 23 de setembro, o lançamento da campanha foi interrompido, muito embora o material esteja pronto para o lançamento. Assim, quando for alcançado o retorno ao trabalho presencial por mais de 50%, planeja-se retomar a campanha. Não obstante, diante de um possível cenário de continuidade da pandemia em 2021, e, por conseguinte, das medidas de *home office*, os gestores do projeto verificam a possibilidade de adaptar o conteúdo da campanha para o contexto de trabalho remoto, o que será definido em momento oportuno.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

#### 4.3 TELEFONIA

Com a implantação do projeto de telefonia VoiP 2 em todo o Estado catarinense houve uma redução de praticamente 43% na conta de telefonia fixa, uma vez que a média mensal, antes de R\$ 65.000,00, passou para R\$ 37,500,00.

<b>Ação</b>	<b>Implantação Voip 2 em todo o Estado</b>
Meta	Diminuir de 106 para 14 o número de centrais telefônicas - 100% implementado
Objetivo	Diminuir o número de equipamentos e linhas contratadas com as operadoras de telefonia, a redução do consumo de energia elétrica, redução da utilização de espaço físico e dos gastos com refrigeração do local de instalação do servidor
Responsabilidade	DTI
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 6 – Telefonia
Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

#### **Cumprida.**

O escopo do projeto de implantação VoIP 2 era reduzir de 106 para 14 o número de centrais telefônicas. Objetivo integralmente alcançado, gerando uma diminuição do número de equipamentos e linhas contratadas com operadoras de telefonia, reduzindo o consumo de energia elétrica e gastos com refrigeração do local de instalação de servidor.

<b>Ação</b>	<b>Ampliação do tempo para troca Celulares; modem e mini modems</b>
Meta	Aumentar de 1 para 2 anos o tempo de troca dos aparelhos - 100% implementado
Objetivo	Ampliar vida útil de utilização do equipamento, prolongando o tempo para a substituição.
Responsabilidade	DTI
Indicadores	Grupo 6 – Telefonia



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	Uso eficiente da telefonia Voip com foco na redução de custos e de consumo de energia
---	---

**Cumprida.**

No ano de 2020 os contratos de prestação de serviços de Conexão à Internet Banda Larga Móvel, com fornecimento de mini Modem, decorrentes do Edital de Credenciamento n. 1/2016, foram rescindidos e os equipamentos devolvidos à operadora de telefonia.

Também neste ano, os contratos de prestação de serviços de Conexão à Internet Banda Larga Fixa, decorrentes do Credenciamento n. 132/2016, também foram rescindidos e os equipamentos devolvidos.

No tocante à telefonia móvel, no ano de 2020 não se realizou a substituição/troca dos aparelhos de celular. Ademais, por meio do processo administrativo n. 0030442-12.2020.8.24.0710, a DTI encaminhou proposta de nova resolução, na qual não há previsão de troca de aparelhos de celular para a nova contratação, o que amplia consideravelmente a utilização do equipamento.

#### 4.4 ENERGIA ELÉTRICA

Em 2020 com a implantação do trabalho não presencial observou-se redução no consumo e gastos com energia elétrica, conforme dados apresentados na tabela abaixo.

ENERGIA ELÉTRICA				
	2019		2020	
	Quantidade (Kwh)	Valor	Quantidade (Kwh)	Valor
<b>JANEIRO</b>	2.005.620	R\$ 1.144.223,10	1.753.940	R\$ 914.673,25
<b>FEVEREIRO</b>	2.464.306	R\$ 1.354.090,01	2.286.466	R\$ 1.176.797,56
<b>MARÇO</b>	2.051.312	R\$ 1.112.826,53	1.934.894	R\$ 1.013.091,07
<b>ABRIL</b>	2.124.359	R\$ 1.129.871,17	1.187.204	R\$ 669.095,06
<b>MAIO</b>	2.009.457	R\$ 1.084.229,61	1.051.968	R\$ 580.767,00
<b>JUNHO</b>	1.730.886	R\$ 1.030.750,94	1.078.132	R\$ 588.306,04





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<b>JULHO</b>	1.662.395	R\$ 1.004.164,68	1.019.807	R\$ 568.468,78
<b>AGOSTO</b>	1.671.546	R\$ 1.046.933,75	1.021.274	R\$ 589.910,99
<b>SETEMBRO</b>	1.672.932	R\$ 961.843,29	1.071.754	R\$ 627.277,31
<b>OUTUBRO</b>	1.887.802	R\$ 963.538,31	1.343.577,00	R\$ 734.694,40
<b>TOTAL</b>	<b>19.280.615</b>	<b>R\$ 10.832.471,39</b>	<b>13.749.016</b>	<b>R\$ 7.463.081,46</b>
<b>REDUÇÃO</b>	<b>28,68% (Kwh)</b>		<b>31,09%(R\$)</b>	

Ainda que verificada uma diminuição significativa no consumo, é prematuro prever um percentual de redução para os próximos anos com a implantação do *home office*, uma vez que a redução deste ano foi baseada no contexto da pandemia do Covid-19.

A partir do PLS 2020, foram realizadas duas ações que incidiram sobre os indicadores de consumo e gasto com energia elétrica.

Ação	<b>Substituição de ar condicionado do tipo janeleiro por split nas assessorias dos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas</b>
Meta	Concluir a substituição, iniciada em 2019, dos 212 condicionadores de ar do tipo janeleiro por aparelhos do tipo split nas salas das assessorias de magistrados dos fóruns com até 5 varas, em conformidade com as diretrizes previamente definidas pela DEA e ratificadas pelo CGENG.
Objetivo	Reduzir o consumo de energia elétrica no PJSC no que se refere aos sistemas de climatização, com aumento gradual do uso de split.
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 7 – Energia Elétrica
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	II - energia elétrica

**Parcialmente cumprida.**

Inicialmente, cabe destacar que, reavaliando a situação de cada comarca, verificamos que a real demanda é de 204 aparelhos de ar do tipo janeleiro a serem substituídos, e não 212, como informado anteriormente. Assim, a demanda de condicionadores de ar do tipo split foi corrigida para 204 unidades.

Ressalta-se que o cronograma estabelecido para as instalações foi prejudicado em função das estratégias de defesa contra a pandemia do COVID-19 e da contenção orçamentária, iniciada ao fim do primeiro trimestre por meio da Resolução GP n.14/2020 no PJSC, que suspendeu temporariamente a realização de despesas no



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

âmbito do PJSC, incluindo as manutenções prediais não essenciais, como, por exemplo, trocas de ar condicionado janeleiro por split, alterações de leiaute, pinturas prediais, etc.

Diante dos fatos, informa-se que não foi possível cumprir 100% da meta estabelecida, assim os resultados obtidos até novembro de 2020 foram de 116 unidades (57% da meta) de equipamentos instalados e a expectativa é de que até o fim do exercício tenhamos um total de 140 equipamentos instalados (69% da meta).

As 64 unidades restantes seguirão as diretrizes e serão instaladas nos ambientes restantes e, assim, espera-se que todas as salas de assessoria de fóruns com até 5 varas estejam climatizadas com equipamentos split ainda no primeiro semestre de 2021.

Cabe salientar que, quando se inicia uma reforma global e/ou construção de nova edificação, a climatização, com equipamentos mais eficientes e econômicos, já é prevista em todos os projetos.

Ação	Avaliação pós-ocupação da cobertura verde
Meta	100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Canoinhas.
Objetivo	Apurar as vantagens e desvantagens da cobertura verde nos fóruns de Gaspar e Canoinhas, concluindo pela manutenção, modificação ou eliminação dessa diretriz nos novos projetos
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 7, indicadores 7.1 a 7.5
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	II - energia elétrica

**Parcialmente cumprida.**

Considerou-se a meta deste item parcialmente cumprida, tendo em vista que a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, em conjunto com as secretarias dos fóruns, não puderam realizar nenhuma das vistorias *in loco* previstas para avaliação e posterior elaboração do relatório, considerando as restrições adotadas para prevenção



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

da COVID-19. Portanto, o relatório conclusivo deverá ser executado no exercício de 2021.

Desta forma, seguem apenas o relatório da situação atual do sistema das coberturas verdes e os serviços que foram executados, principalmente no período da COVID-19 nos fóruns das comarcas de Gaspar e Canoinhas.

Em Gaspar foi utilizado o sistema Hidromodular da marca Ecotelhado, constituído por módulos pré-vegetados com substrato e apoiada sobre a laje impermeabilizada. A vegetação plantada foi do tipo Boldo Miúdo.

Os serviços realizados na cobertura verde, conforme acompanhamento da Secretaria do Foro de Gaspar foram prejudicados em função da pandemia e da contenção orçamentária, iniciada ao fim do primeiro trimestre (Resolução PJSC/GP n.14/2020) mas mesmo assim verifica-se que a cobertura verde resistiu, mesmo sem a presença de jardineiros para a manutenção constante. Os serviços executados até novembro de 2020 foram:

- Período de rega: a cada 15 dias em locais cobertos, realizada pelo zelador do prédio. Nos demais, fica à serviço da chuva;
- Podas em 2020: uma vez;
- Necessidade de substituição ou complementação de vegetação: não houve necessidades de reposição da vegetação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

•Adubo da marca Buschle & Lepper, formulação: 04/14/08 e substrato sacaria - terra adubada de 20 kg. Os produtos são utilizados sempre que o boldo começa a ficar amarelado.



Foto: Cobertura verde- Gaspar– SF Nov./2020

Verifica-se que a cobertura vegetal do fórum da comarca de Gaspar está apresentando resultados bem satisfatórios e dentro das expectativas e do propósito do sistema construtivo que, além de agregar valor estético, tais telhados contribuem para melhorar a qualidade do ar, diminuindo a poluição, e minimizam o efeito das ilhas de calor nos centros urbanos.

Em Canoinhas foi utilizado o sistema Alveolar Leve – Vivo Flat 17L, da marca Studio Cidade Jardim, sobre a laje impermeabilizada. No início de 2020 foi substituída parte da grama esmeralda existente, pois a vegetação gramínea anterior sofreu



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

com as sensíveis mudanças de temperatura da região (próximo de 0°C no inverno e 40°C no verão).

Os serviços realizados na cobertura verde, conforme acompanhamento da Secretaria do Foro de Canoinhas, foram prejudicados em função da pandemia e da contenção orçamentária, iniciada ao fim do primeiro trimestre (Resolução PJSC/GP n.14/2020). Verifica-se assim que a grama ainda está com aspecto queimado e amarelado e existem áreas sem vegetação em parte da cobertura, conforme imagem abaixo. Cabe salientar que neste período não houve a presença de jardineiros e serviços de manutenção constante por causa da contenção de despesas.

Ressalta-se que os serviços executados até novembro foram:

- Período de rega: na época de estiagem, 2 vezes por semana, realizadas pelo zelador; quando época de chuva, a rega não efetuada;
- Podas em 2020: nenhuma;
- Necessidade de substituição ou complementação de vegetação: sim.



Foto: Cobertura verde- Canoinhas – SF Nov./2020





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Desta experiência com cobertura verde nos prédios dos fóruns das comarcas de Gaspar e Canoinhas pode-se extrair que o uso de gramíneas deve ser evitado, optando-se por vegetação mais resistente às diferenças climáticas da região, como por exemplo, o boldo miúdo, que requer baixa manutenção e possui grande poder de resistência.

Observamos ainda que nas áreas sombreadas da cobertura (beirais do prédio) a vegetação também não resistiu, assim recomenda-se a utilização de materiais sólidos e resistentes, como por exemplo, os seixos naturais ou argila expandida.

<b>Ação</b>	<b>Aquisição de solução hiperconvergente de servidores de rede e de armazenamento</b>
Meta	80% dos serviços de TI rodando no novo ambiente
Objetivo	Evoluir tecnologicamente o parque de servidores de rede e de armazenamento, utilizando equipamentos de maior capacidade e de maior eficiência energética, resultando em um ambiente com maior capacidade de processamento e armazenamento, com ocupação de espaço físico menor e também menor consumo de energia elétrica.
Responsabilidade	DTI
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 7 – Energia elétrica
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	II - energia elétrica VII - contratações sustentáveis

**Não cumprida.**

Por conta da situação criada pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a equipe obrigou-se a focar seus esforços em outras atividades. Assim, a aquisição de solução e hiperconvergência será realizada no ano de 2021.

<b>Ação</b>	<b>Troca do equipamento switch cisco</b>
Meta	100%
Objetivo	Promover a otimização dos equipamentos tornando-os mais eficientes energeticamente e mais céleres.
Responsabilidade	DTI
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 7 – Energia elétrica
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	II - energia elétrica VII - contratações sustentáveis

**Parcialmente cumprida.**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Em virtude da conjuntura imposta pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), que impactou diretamente na arrecadação estatal, a Administração emvidou os esforços para manter o equilíbrio do orçamento institucional, o que implicou na tomada de decisão pelo corte de diversas despesas, com o objetivo de tornar possível o contingenciamento orçamentário. Por causa disso, dos 226 equipamentos switch cisco, somente 40 foram trocados, o que representa aproximadamente 18% do objetivo inicialmente esperado.

#### 4.5 ÁGUA E ESGOTO

Igualmente ao indicador “Energia elétrica”, no ano de 2020 pode ser verificada uma importante redução no consumo e gastos com água e esgoto. Conforme tabela abaixo, observou-se uma redução de 48% no consumo deste indicador.

ÁGUA/ESGOTO				
	2019		2020	
	Quantidade (m³)	Valor	Quantidade (m³)	Valor
JANEIRO	6.514	R\$ 89.479,95	6.985	R\$ 93.369,66
FEVEREIRO	9.562	R\$ 138.077,50	10.301	R\$ 149.198,83
MARÇO	9.609	R\$ 136.791,65	10.580	R\$ 145.997,55
ABRIL	10.506	R\$ 151.880,30	5.449	R\$ 76.609,82
MAIO	9.644	R\$ 134.076,54	2.656	R\$ 38.047,90
JUNHO	11.086	R\$ 161.927,05	2.787	R\$ 41.860,03
JULHO	9.955	R\$ 142.534,42	2.855	R\$ 41.561,16
AGOSTO	11.984	R\$ 184.682,25	2.659	R\$ 38.779,13
SETEMBRO	11.177	R\$ 163.727,22	3.143	R\$ 48.315,05
OUTUBRO	10.641	R\$ 127.947,89	4.697	R\$ 69.732,27
TOTAL	100.678	R\$ 1.431.124,77	52.112	R\$ 743.471,40
REDUÇÃO	48,23% (m³)		48,04%(R\$)	

Mesmo que observada uma diminuição expressiva no consumo, é desacertado prever um percentual de redução para os próximos anos com a implantação do *home office*, uma vez que a redução deste ano foi apoiada no contexto da pandemia do Covid-19.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Uma ação listada no PLS incidiu sobre os indicadores de consumo e gasto com água encanada:

<b>Ação</b>	<b>Ligação à rede pública de esgoto nos municípios que disponibilizam este serviço</b>
Meta	Executar os serviços referentes à conexão à rede pública de tratamento de esgoto em no mínimo 4 prédios localizados em municípios que disponibilizam esse serviço.
Objetivo	Aprimorar o sistema de tratamento de efluentes dos fóruns.
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 8 – Água e esgoto
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	III - água e esgoto VII - contratações sustentáveis

**Parcialmente cumprida.**

No levantamento efetuado pela DEA foram consideradas as edificações em que as obras e adequações para ligações à rede de esgoto foram concluídas até novembro de 2020.

Ressalta-se que as obras foram impactadas e prejudicadas em função da pandemia e da contenção orçamentária, iniciada ao fim do primeiro trimestre (Resolução PJSC/GP n.14/2020), assim verifica-se que não foi possível cumprir 100% da meta estabelecida.

Diante dos fatos, apenas uma obra de ligação à rede foi concluída neste período, a do prédio do fórum da comarca de Araranguá SEI 0073386-63.2019.8.24.0710

Assim sendo, para se ter uma visão geral das demais ações, segue a relação das unidades que estão em fase de execução, licitação ou em desenvolvimento de projetos:

- Lages: a ligação à rede está prevista na obra de reforma em andamento SEI 0070121-53.2019.8.24.0710;
- Itapoá: a ligação à rede está prevista no projeto de reforma do Fórum. O projeto hidrossanitário foi aprovado na Prefeitura Municipal recentemente;





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

- Abelardo Luz: projeto do novo sistema de tratamento de esgoto sendo finalizado para encaminhamento à Divisão de Manutenção Predial/DMCO para avaliação sobre a possibilidade de execução por meio dos contratos (caso negativo, precisará ser orçado e encaminhado para licitação). Importante destacar que a rede pública do município ainda não está em funcionamento, motivo que ensejou a substituição do sistema de tratamento;
- Tubarão: por questões executivas a DMCO não conseguiu viabilizar a ligação à rede por meio dos contratos. O processo retornou à Divisão de Projetos/DPRO para encaminhamento do projeto por meio de licitação - SEI 0084136-27.2019.8.24.0710;
- São Domingos: processo de ligação à rede de esgoto em análise na DPRO;
- São João Batista: processo de ligação à rede aguardando análise na DPRO;

Cabe reforçar que um número considerável de municípios ainda não dispõe de rede pública de tratamento de esgoto. Neste sentido, tendo em vista a ausência de planejamento e informações das administrações municipais quanto à implantação de redes públicas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, a DEA encontra dificuldades para elaborar um planejamento organizado para esta demanda.

Ressalta-se que os projetos de ligação à rede de esgoto são atendidos por meio de comunicação ou notificação à concessionária de água ou quando da elaboração de projetos para reformas ou construções previstas na Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

#### **4.6 GESTÃO DE RESÍDUOS**

O Plano de Gestão de Resíduos do Poder Judiciário de Santa Catarina visa a destinação dos resíduos recicláveis comuns à coleta seletiva solidária além da



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

destinação adequada dos demais resíduos gerados, tanto nos diversos fóruns localizados nos municípios sede das Comarcas quanto nos municípios da Grande Florianópolis nos quais estão instaladas as unidades diversas do TJSC.

Além da responsabilidade direta e objetiva pela destinação adequada dos resíduos gerados o principal objetivo é a responsabilidade indireta e subjetiva pelo exercício do papel de agente multiplicador e influenciador de boas práticas de sustentabilidade na sociedade, no caso em especial no tocante à superação dos obstáculos característicos das mudanças de hábitos e quebra de paradigmas, árdua missão clássica da gestão de resíduos no âmbito da administração pública.

Neste sentido, para destinação adequada de bens apreendidos à destruição, de bens e materiais inservíveis à inutilização, e de documento sigilosos à trituração, possui contratos com empresas especializadas e licenciadas, para a coleta, o transporte e a destinação adequada dos resíduos resultantes dos processos respectivos.

Quanto aos resíduos recicláveis comuns, é crescente a quantidade de municípios nos quais há disponibilidade de serviço público municipal de coleta seletiva. Nota-se que a cultura da reciclagem se consolida em todo o Estado, o que permite a destinação adequada por meio dos serviços dos municípios sede das comarcas. Não obstante, a fim de superar a carência de serviço público municipal de coleta seletiva nos demais municípios, o setor possui contratos com empresas especializadas e licenciadas, para a coleta, o transporte, e a destinação adequada dos resíduos recicláveis, contemplando a destinação solidária a associações ou cooperativas de catadores de resíduos.

Com o avanço do percentual de digitalização, aliado à adoção de boas práticas pelas secretarias dos fóruns, vislumbra-se um novo e interessante cenário, que parece nos permitir almejar a conquista da superação dos obstáculos a partir da redução expressiva da quantidade total de resíduos gerados, o que nos permitirá atingir os objetivos de redução do consumo. A relação direta entre o consumo de materiais e os resíduos gerados fica clara a partir da análise da composição dos itens de material de consumo que mais oneram o TJSC, que, evidentemente, compõem a imensa maioria



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

dos resíduos recicláveis pós-consumo gerados no PJSC – papéis e plásticos, o que indica que a revisão de hábitos arraigados de consumo é a melhor receita para enxugar custos e diminuir a quantidade de resíduos, rumo a política de gestão de resíduos “lixo zero”, mediante a adoção de padrões sustentáveis de consumo, de acordo com o art. 7º, II e III da Lei 12.305/2010.

Desde 2016, as metas do Plano de Logística Sustentável rumam à consolidação da redução do consumo de materiais e, além disso, desde 2018, já é possível destinar os resíduos resultantes dos fóruns à coleta seletiva solidária por meio de convênios não onerosos, através da oportunidade prevista no edital de credenciamento n. 237/2018, disponível em <https://www.tjsc.jus.br/web/licitacoes-contratos-e-patrimonio/editais-de-cadastro-credenciamento>.

<b>Ação</b>	<b>Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis</b>
Meta	100% de celebração de convênios para atendimento das demandas em unidades do TJSC e Fóruns em cujos municípios sede das comarcas houver entidades ambientalmente licenciadas que tenham atendido o chamamento.
Objetivo	Destinação formal dos resíduos recicláveis à coleta seletiva solidária sem ônus direto para o erário.
Responsabilidade	SGS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9 – Gestão de resíduos
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos VII - contratações sustentáveis

**Cumprida.**

Apesar do cenário resultante da pandemia ao longo de 2020, que resultou na interrupção das atividades presenciais no TJSC e nos fóruns, além do impedimento da atividades nas entidades beneficiadas, os convênios com as associações e cooperativas de catadores que atenderam ao chamamento foram mantidos e as coletas foram retomadas a partir do retorno gradual das atividades presenciais, atingindo o objetivo para destinação formal dos resíduos recicláveis à coleta seletiva solidária sem ônus direto para o erário por meio dos convênios n. 115/2017 (conveniada: ACMR - Associação de Coletores de Materiais Recicláveis), n. 39/2019 (conveniada: COOPERLAGES - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Lages),



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

n. 40/2019 (conveniada: ACOMAR - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Miguel do Oeste), e n. 41/2019 (conveniada: COOPERCOOP - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais de Otacílio Costa).

<b>Ação</b>	<b>Adoção de novo modelo de separação e armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva.</b>
Meta	100% das unidades administrativas do TJSC e 10% dos fóruns.
Objetivo	Otimização da separação dos resíduos recicláveis, para a operação da coleta seletiva nos ambientes mediante a adoção de coletores de uso coletivo em substituição aos individuais, com redução de custos operacionais e melhoria na qualidade da separação.
Responsabilidade	SGS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9 – Gestão de resíduos
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos

**Parcialmente cumprida.**

Houve supressão das lixeiras individuais em 100% das unidades administrativas que foram instaladas na Unidade Prefeito Osmar Cunha – UPOC, bem como nas novas unidades dos Juizados Especiais que foram instaladas na Unidade Presidente Coutinho – UPC, nas quais todos os ambientes foram contemplados exclusivamente com os coletores coloridos de uso coletivo. No entanto a partir do segundo trimestre, com o cenário resultante da pandemia, a expansão do modelo, com capacitação e aferição dos resultados, restou prejudicada.

<b>Ação</b>	<b>Publicação de documento de padronização da separação e do armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva.</b>
Meta	100% da publicação.
Objetivo	Tornar pública a padronização adotada pela Secretaria de Gestão Socioambiental para a separação e o armazenamento dos resíduos recicláveis, por meio do portal socioambiental e/ou de normativa.
Responsabilidade	SGS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9 – Gestão de resíduos Grupo 16 – Capacitação e sensibilização socioambiental
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional

**Não cumprida.**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Prejudicada. As ações dependentes das atividades presenciais foram sobrestadas devido ao cenário resultante da pandemia e poderão ser retomadas em momento oportuno.

Ação	Atualização do Plano de Gerenciamento de Resíduos
Meta	Documento atualizado e publicado na página institucional
Objetivo	Atualizar o PGRS do Poder Judiciário catarinense, a fim de incluir as novidades de gestão promovidas pelo órgão.
Responsabilidade	SGS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9 – Gestão de resíduos Grupo 16 – Capacitação e sensibilização socioambiental
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional

**Não cumprida.**

Prejudicada. Devido ao cenário resultante da pandemia, as metodologias de trabalho passarão por revisões com significativa redução da atividade presencial, revisão dos hábitos arraigados de consumo e aumento da digitalização de documentos judiciais e administrativos, o que implica alterações na geração de de resíduos. O projeto, portanto, foi sobrestado e espera-se a sua retomada no plano de ações de 2021.

Ação	Projeto-piloto para coleta e destinação ambientalmente adequada de bitucas de cigarro
Meta	Instalar o programa em ao menos 2 prédios do Tribunal de Justiça
Objetivo	Promover a coleta e a destinação adequada de bitucas de cigarro, por meio de encaminhamento do resíduo à descontaminação e reciclagem.
Responsabilidade	SGS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9 – Gestão de resíduos
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos

**Não cumprida.**

Prejudicada. A ação foi cancelada devido ao contingenciamento orçamentário resultante da pandemia.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<b>Ação</b>	<b>Elaboração de projeto básico de serviços de coleta de resíduos orgânicos e realização de compostagem nas unidades judiciárias localizadas na Capital e região leste</b>
Meta	100% de elaboração do projeto para unidades judiciárias localizadas na Capital e região leste
Objetivo	Elaborar projeto básico para prestação de serviço especializado na coleta de resíduo orgânico nas unidades judiciárias localizadas na Capital e região leste, com retorno de adubo para o Tribunal de Justiça.
Responsabilidade	SGS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9 – Gestão de resíduos
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos

**Não cumprida.**

Prejudicada. Ação sobrestada por depender da atividade presencial nos fóruns para sua efetividade, bem como em razão do contingenciamento orçamentário resultante da pandemia, além do impacto significativo na qualidade e na quantidade de resíduos orgânicos que passaram a ser gerados, pois os serviços de copa foram definitivamente encerrados com a demissão dos ocupantes dos cargos de cozeira e garçom.

<b>Ação</b>	<b>Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações de elaboração de projetos e orçamentação de obras de construção e reforma</b>
Meta	100% de avaliação dos contratos com relação às exigências de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC dos projetos licitados em 2018.
Objetivo	Viabilizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil nas obras do Poder Judiciário de Santa Catarina, de forma estruturada e considerando seus custos.
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9 – Gestão de resíduos
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos VII - contratações sustentáveis

**Não cumprida.**

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA incluiu em todas as novas contratações efetuadas desde 2018 a exigência para apresentação de plano de gerenciamento (PGRCC) quanto à destinação adequada dos resíduos de construção civil – RCC, conforme a IN n. 01/2010 da SLTI/MPOG e nas condições determinadas



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por meio da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002.

Os projetos executivos que foram incluídos para apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC são os dos fóruns das seguintes comarcas:

- Construção de novos prédios nas comarcas de Curitibanos, Rio Negro, Araquari, Campos Novos, São Lourenço do Oeste, Rio do Oeste e Garuva;
- Reforma nos prédios de Itapoá e Balneário Camboriú (Fórum de Família);
- Reforma, com ampliação, nos prédios de Santa Rosa do Sul e Taió.

Considerando que todos os novos prédios dos fóruns ainda estão em fase de licitação ou em desenvolvimento de projetos arquitetônicos e complementares na DEA, restou prejudicada a análise e avaliação dos contratos com relação às exigências para destinação ambiental dos resíduos gerados durante a obra.

#### 4.7 REFORMAS

<b>Ação</b>	<b>Instalação/ampliação de bicicletários</b>
Meta	Aumentar em 10% a quantidade de novos bicicletários a serem instalados nos prédios, que corresponderá a 82 prédios com este equipamento instalado.
Objetivo	Aumentar o número de bicicletários conforme a necessidade das comarcas e prédios.
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 10 – Reformas
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho VIII – deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes

**Parcialmente cumprida.**

A destinação de espaço para bicicletário abrange todos os prédios do Poder Judiciário/SC e está disponível por meio dos contratos de manutenção predial, gerenciados pela Divisão de Manutenção Predial, desde junho/2017.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

Salienta-se que quando se inicia uma reforma global e/ou construção de nova edificação, o bicicletário já é automaticamente previsto no projeto e executado durante as obras.

Destaca-se que o cronograma estabelecido para as instalações foi prejudicado em função da pandemia e da contenção orçamentária, iniciada ao fim do primeiro trimestre (Resolução PJSC/GP n.14/220), assim verifica-se que não foi possível cumprir 100% da meta estabelecida.

Em 2020 foram instalados apenas 04 novos bicicletários, representando a execução de 57% da meta prevista, nas seguintes comarcas: Ponte Serrada; Anchieta; Rio do Sul; Indaial

Destaca-se obras em andamento a seguir, de construção, reforma e ampliação dos prédios, em que foram contempladas as estruturas de bicicletários: Timbó; Blumenau; Imbituba; Caçador; Santa Cecília; Cunhã Porã.

Além disso, estão em fase de elaboração de projeto e/ou na fase de licitação os bicicletários para as seguintes comarcas: Balneário Camboriú Família; Herval d'Oeste; Campo Erê; Mondaí; Tubarão; Itapoá; Abelardo Luz; Garuva; São Lourenço do Oeste; Curitibanos; Araquari; Rio Negrinho; Sombrio; Palmitos; Presidente Getúlio; Garopaba; Campos Novos; Taió; Sta. Rosa do Sul; Rio do Oeste.

Cabe reforçar que existem ainda 18 comarcas que não iniciaram a abertura de processo para instalação desses equipamentos em suas unidades. Talvez seja um reflexo da falta de infraestrutura urbana por parte dos órgãos municipais, principalmente na construção de ciclovias nas cidades e arredores, ou da localização dos prédios em áreas com aclives acentuados, desestimulando o uso da bicicleta no deslocamento ao trabalho, dentre outros fatores.

#### **4.8 LIMPEZA**

As duas ações abaixo foram incluídas equivocadamente no PLS 2020, tendo sido ações cumpridas no PLS 2019. O relatório sobre as mesmas, portanto, encontra-se no PLS do ano anterior.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<b>Ação</b>	Realizar estudo para avaliar a possibilidade de adquirir produtos biodegradáveis
Meta	Realizar 100% do estudo
Objetivo	Diminuir o impacto ambiental no consumo dos materiais e serviços relacionados aos procedimentos de limpeza do PJSC
Responsabilidade	DIE - DMP
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 11 – Limpeza
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

**Ação realizada em 2019.**

<b>Ação</b>	Realizar projeto piloto na Unidade Presidente Coutinho para contratação de serviços de limpeza por metro quadrado com fornecimento de insumos ambientalmente adequados
Meta	Elaborar projeto básico para contratação de serviços de limpeza com fornecimentos de insumos em pelo menos uma unidade do Poder Judiciário como projeto-piloto
Objetivo	Incrementar a produtividade na prestação dos serviços, reduzindo o uso de materiais, e diminuir o impacto ambiental nos consumíveis relacionados aos procedimentos de limpeza no PJSC
Responsabilidade	DIE - DMP
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 11 – Limpeza
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

**Ação realizada em 2019.**

#### 4.9 VEÍCULOS

Apesar de não ter havido ações listadas para este indicador em 2020, destaca-se a redução de 63% na quilometragem rodada pelos veículos oficiais do Poder Judiciário de Santa Catarina quando comparado o período de janeiro a outubro de 2019 com o mesmo período de 2020. O fato deve-se à pandemia de Covid-19 que alterou o modo de trabalho no PJSC, sendo que as atividades passaram a ser desenvolvidas de forma não-presencial.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Com a implantação do *home office* no PJSC aliada à implantação do aplicativo de transporte de passageiros, espera-se que nos próximos anos continue sendo observada a diminuição da quilometragem dos veículos oficiais.

<b>VEÍCULOS (km rodado)</b>		
	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>JANEIRO</b>	83.383	93.396
<b>FEVEREIRO</b>	121.309	112.841
<b>MARÇO</b>	137.047	86.894
<b>ABRIL</b>	128.872	17.501
<b>MAIO</b>	144.660	21.754
<b>JUNHO</b>	134.277	26.630
<b>JULHO</b>	134.403	32.145
<b>AGOSTO</b>	155.126	27.905
<b>SETEMBRO</b>	153.833	37.893
<b>OUTUBRO</b>	155.927	41.628
<b>TOTAL</b>	<b>1.348.837</b>	<b>498.587</b>
<b>REDUÇÃO</b>	<b>-63,03%</b>	

#### 4.10 COMBUSTÍVEL

Não houve ações listadas para este indicador em 2020. Todavia, foi observada uma importante redução nos custos de combustível na comparação de janeiro a outubro de 2019 com o mesmo período de 2020. A redução foi de 60,25% motivada pela pandemia do Covid-19 e consequentemente pela realização das atividades de PJSC de modo não presencial.

Também se espera que nos próximos anos continue sendo observada a diminuição do consumo de combustíveis devido à implantação do *home office* no PJSC e do aplicativo de transporte de passageiros.

<b>COMBUSTIVEL</b>		
	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>JANEIRO</b>	R\$ 40.170,58	R\$ 49.073,52
<b>FEVEREIRO</b>	R\$ 58.994,61	R\$ 59.039,18
<b>MARÇO</b>	R\$ 71.431,22	R\$ 53.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

<b>ABRIL</b>	R\$ 64.699,38	R\$ 8.751,75
<b>MAIO</b>	R\$ 82.955,57	R\$ 10.903,80
<b>JUNHO</b>	R\$ 68.052,84	R\$ 18.411,12
<b>JULHO</b>	R\$ 75.478,05	R\$ 16.871,74
<b>AGOSTO</b>	R\$ 74.616,63	R\$ 15.870,45
<b>SETEMBRO</b>	R\$ 78.321,84	R\$ 24.007,48
<b>OUTUBRO</b>	R\$ 79.303,50	R\$ 19.924,83
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 694.024,22</b>	<b>R\$ 275.853,87</b>
<b>REDUÇÃO</b>	<b>-60,25%</b>	

#### 4.11 QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida no ambiente de trabalho compreende a valorização do capital humano por meio da promoção de ações que estimulem o desenvolvimento pessoal e profissional. O motivo é que trabalhadores satisfeitos e felizes produzem mais e são mais saudáveis, reduzindo o absenteísmo.

A partir deste entendimento, houve um incremento nas ações de qualidade de vida em 2020. A Diretoria de Gestão de Pessoas realizou 23 ações de qualidade de vida no trabalho, 27,77% a mais do que em 2019, em que foram executadas 18 ações.

A DGP contabilizou, por exemplo, que as ações impactaram 114.346 vezes os colaboradores do PJSC em 2019, um número alto se comparado à incidência de 37.746 no ano de 2018. Este número decorre do alto índice de acessos às Dicas disponibilizadas no Portal do Servidor, cujo indicador é medido pela soma do número de acessos individualizados a cada dica postada (é computado apenas um acesso por dica).

Outra novidade é que em 2020 teve início o Programa de Educação Financeira com a finalidade oferecer conhecimentos e orientações sobre finanças pessoais, assim como oportunidade de conscientização sobre o impacto da gestão financeira nas demais áreas da vida, contribuindo para o bem-estar pessoal e profissional. Neste ano, o programa teve foco na elaboração das páginas do portal, disponibilização de dicas financeiras, “toques financeiros” e indicação de livros. Em 2021 está previsto



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

o credenciamento de instituições para gravação de vídeos sobre o tema que serão disponibilizados para os colaboradores.

Também neste ano tiveram início as Rodas de Apoio Virtuais e os Ciclos de Acolhimento da Aposentadoria, coordenados por psicólogos organizacionais. Este último, supriu, em parte, a impossibilidade de se realizar as edições previstas para o Programa de Preparação para Aposentadoria, prejudicada pela pandemia.

Além disso, em 2020, foram lançados o Programa Somos todos PJSC com o intuito de promover integração entre todos os colaboradores do judiciário catarinense, e o projeto Mães do Judiciário, que buscou oferecer momentos de diálogo e escuta empática para que as servidoras e magistradas poderem se manifestar sobre questões relacionadas ao trabalho e à maternidade.

No tocante ao desempenho das ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho desenvolvidas na Diretoria de Saúde, das 8 (oito) ações propostas para 2020, 4 (quatro) ações foram cumpridas, 3 (três) foram parcialmente cumpridas devido ao contingenciamento de despesas por conta do Covid-19 e, apenas 1 (uma) ação não foi cumprida.

Em contrapartida, por se tratar de caráter emergencial, a Diretoria de Saúde desenvolveu várias outras ações que não estavam previstas em seu plano para 2020, como orientações e aquisições de insumos em relação às medidas sanitárias de controle na propagação do Coronavírus.

Tendo em vista a atuação intensa da Diretoria de Saúde, citaremos ao final das ações previstas para 2020, as ações desenvolvidas em atenção à saúde de magistrados e servidores do PJSC, voltadas para o enfrentamento ao COVID-19.

#### **4.11.1 DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

<b>Ação</b>	Acompanhamento do Desempenho
<b>Meta</b>	Realizar acompanhamento do desempenho de todos os servidores que apresentarem algum quesito insuficiente na Avaliação de Desempenho nos períodos 2019.2 e 2020.1. Indicador em número de servidores acompanhados.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<b>Objetivo</b>	Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Parcialmente cumprida.**

Dos 141 servidores com notas baixas em algum quesito da Avaliação de Desempenho do segundo semestre de 2019 e do primeiro semestre de 2020, 70 foram contatados e foram realizados 6 atendimentos pessoais em plataforma virtual.

<b>Ação</b>	Atendimento Psicossocial
<b>Meta</b>	Atender todos os servidores que solicitarem apoio psicossocial. Indicador em número de servidores atendidos.
<b>Objetivo</b>	Dar suporte psicossocial a servidores que buscam auxílio para dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Todos servidores ou gestores cuja necessidade de atendimento foi identificada por demanda espontânea ou decorrente de alguma atividade de apoio da Diretoria foram atendidos. Realizados 27 atendimentos até 31-10-2020.

<b>Ação</b>	Cartões Virtuais - Datas marcantes
<b>Meta</b>	Enviar as mensagens a todos servidores, magistrados e estagiários em datas especiais individualizadas. Indicador em número de cartões enviados.
<b>Objetivo</b>	Reconhecer, valorizar e apoiar servidores e magistrados por meio do envio de cartões individualizados em momentos marcantes da vida destes.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Cartões enviados sempre que registradas as ocorrências funcionais de datas marcantes. Total de cartões enviados em 2020 (até 31-10-2020): 1327.

<b>Ação</b>	Diagnósticos Psicossociais
<b>Meta</b>	Realizar diagnóstico nas unidades jurisdicionais em atendimento a demandas da Presidência, CGJ, DGA, ou resultantes do acompanhamento do desempenho de servidores, visando eventual intervenção da DGP. Meta: Indicador em número de servidores entrevistados nos diagnósticos das unidades atendidas.
<b>Objetivo</b>	Acompanhar e desenvolver os servidores realizando entrevistas individuais com todos os membros envolvidos na situação relatada ao ser solicitado o diagnóstico; com base nas entrevistas definir a intervenção cabível e realizar os encaminhamentos necessários.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Parcialmente cumprida.**

Atividade prejudicada pela pandemia. Total de servidores entrevistados em diagnósticos até 31-10-2020: 2

<b>Ação</b>	Dicas no Portal do Servidor
<b>Meta</b>	Disponibilizar dicas de português, avaliação, gestão, entre outras, no Portal do Servidor, com periodicidade mínima mensal. Indicador: total de acessos individualizados às páginas das dicas postadas no Portal do TJSC.
<b>Objetivo</b>	Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

As informações foram disponibilizadas no “Portal do Servidor” do portal eletrônico do PJSC em todos os meses de 2020 (até 31-10-2020). Postadas Dicas de Português, Saúde, Avaliação e Gestão. Neste ano também foram iniciadas as “Dicas Legais”. Total de acessos individualizados às páginas das dicas postadas no Portal do



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

TJSC até 31-10-2020: 407.095. Salienta-se que não é possível verificar se o acesso às dicas é do público interno (colaboradores) ou externo.

<b>Ação</b>	Entrevistas de Lotação e Relotação de servidores na Secretaria do TJ
<b>Meta</b>	Realizar entrevistas com todos os convocados em concurso referentes à Secretaria do Tribunal de Justiça e com os servidores que solicitem relotação. Indicador em número de servidores.
<b>Objetivo</b>	Entrevistas com o fim de identificar o perfil do servidor para definição de lotação com melhor adequação do ambiente de trabalho.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Movimentação funcional prejudicada pela pandemia e pela ausência de novos servidores nomeado por concurso público, em razão das restrições orçamentárias impostas pela Lei Complementar n. 173/2020. Ainda assim, foram realizadas entrevistas com todos os servidores que se inscreveram no Banco de Relotação em 2020. Total de atendimentos até 31-10-2020: 8.

<b>Ação</b>	Grupos Vivenciais
<b>Meta</b>	Realizar cinco grupos vivenciais (intervenção psicossocial organizacional) com servidores.
<b>Objetivo</b>	Contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Não cumprida.**

Meta ampliada em 2020 de 4 para 5 grupos e de 72 para 90 participantes. Atividade prejudicada pela pandemia.

<b>Ação</b>	Homenagem aos servidores aposentados
-------------	--------------------------------------



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

<b>Meta</b>	Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano. Indicador em número de servidores homenageados.
<b>Objetivo</b>	Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Todos servidores aposentados em 2020 atendidos. Foram confeccionados e encaminhados 108 cartões de homenagem até 31-10-2020. Neste ano os magistrados também passaram a receber o cartão de homenagem a partir do mês de setembro.

<b>Ação</b>	Programa Bem-Estar no Trabalho
<b>Meta</b>	Realizar 3 eventos para 30 servidores cada.
<b>Objetivo</b>	Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Não cumprida.**

Meta ampliada para 2020: de 2 para 3 eventos e de 60 para 90 participantes. Atividade prejudicada pela pandemia.

<b>Ação</b>	Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais
<b>Meta</b>	Realizar dois grupos no ano de com participação total de 24 servidores. Indicador em número de servidores.
<b>Objetivo</b>	Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

**Não cumprida.**

Meta ajustada para 2020: de 3 para 2 grupos e de 36 para 24 participantes. Atividade prejudicada pela pandemia.

<b>Ação</b>	Programa de Melhoria do Clima Organizacional
<b>Meta</b>	Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 2 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias) no ano. Indicador em número de colaboradores das unidades que receberam o programa.
<b>Objetivo</b>	Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Não cumprida.**

Atividade prejudicada pela pandemia.

<b>Ação</b>	Programa de Preparação para a Aposentadoria
<b>Meta</b>	Realizar 2 eventos para 30 servidores cada. Indicador em número de servidores participantes. Meta: 60.
<b>Objetivo</b>	Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Não cumprida.**

Atividade prejudicada pela pandemia.

<b>Ação</b>	Programa Integra
<b>Meta</b>	Identificar necessidades de todos novos servidores e estagiários com deficiência e oferecer condições adequadas de trabalho.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de acessibilidade, inclusão e integração de colaboradores com deficiência no Poder Judiciário Catarinense, a fim de oferecer a esse público condições adequadas para poderem exercer suas atividades laborais.
<b>Responsabilidade</b>	DGP DEA DS DTI DIE DDI AJ
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Identificar necessidades e iniciar ações para oferecer condições adequadas de trabalho a novos servidores e estagiários. Programa iniciado em julho de 2019 e inserido no relatório final de 2019. Em 2020 foi realizado o contato para se acolhimento dos PcDs do quadro de colaboradores e 63 foram atendidos.

<b>Ação</b>	Programa Olhares
<b>Meta</b>	Realizar uma edição do programa no ano. Indicador em número de participantes do programa.
<b>Objetivo</b>	Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Realizada uma edição com 67 participantes.

<b>Ação</b>	Recadastramento de Aposentados
<b>Meta</b>	Recadastrar todos aposentados que solicitarem o atendimento no ano. Indicador em número de servidores aposentados atendidos.
<b>Objetivo</b>	Auxiliar o servidor aposentado incapacitado a realizar o recadastramento anual obrigatório, contribuindo para o seu bem-estar.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas,
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Todos os aposentados que necessitaram de atendimento especial para o recadastramento foram atendidos, totalizando 3 atendimentos. Ação prejudicada pela pandemia.

<b>Ação</b>	Rodízio de Funções
<b>Meta</b>	Realizar uma edição do programa. Indicador em número de participantes e gestores envolvidos.
<b>Objetivo</b>	Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça/ Comarca.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Não cumprida.**

Indicador alterado em 2020, passando a considerar não somente os participantes, mas também os gestores envolvidos no programa. Atividade prejudicada pela pandemia.

<b>Ação</b>	Sementes de Bem-Estar
<b>Meta</b>	Disponibilizar em todas as semanas de trabalho mensagens aos servidores que contribuam para seu bem-estar. Indicador: número de mensagens disponibilizadas no ano.
<b>Objetivo</b>	Atuar de forma preventiva e proporcionar semanalmente aos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina pequeno momento de reflexão a partir da leitura de mensagens que contribuem para a redução dos níveis de estresse físico e emocional, assim como para a recuperação da concentração e da memória.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Nova ação inserida em 2020. 39 “Sementes” enviadas até 31-10-2020. Pessoas atendidas: 39 mensagens enviadas no período para 7470 colaboradores = 291.330.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<b>Ação</b>	Teletrabalho
<b>Meta</b>	Ter 450 servidores desempenhando suas atividades em Teletrabalho
<b>Objetivo</b>	Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Parcialmente cumprida.**

400 servidores em teletrabalho em 31-10-2020

#### 4.11.2 AÇÕES EXTRAS DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Além das ações listadas no PLS 2020, foram realizadas mais 6 ações de qualidade vida, especialmente em substituição àquelas canceladas em razão das medidas de contenção da pandemia de Covid-19. Das seis ações, cinco foram cumpridas na totalidade e uma delas foi parcialmente cumprida.

<b>Ação</b>	Programa de Educação Financeira
<b>Meta</b>	Mínimo de 12 publicações mensais com orientações sobre o tema. Indicador por número de acessos individualizados às dicas.
<b>Objetivo</b>	Oferecer conhecimentos e orientações sobre finanças pessoais, assim como oportunidade de conscientização sobre o impacto da gestão financeira nas demais áreas da vida, contribuindo para o bem-estar pessoal e profissional.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Desde seu início o programa publicou 2 “Toques Financeiros” e 4 “Dicas Financeiras” que tiveram 937 acessos individualizados.

<b>Ação</b>	Agradecimentos aos aposentados
<b>Meta</b>	Mínimo de 12 publicações no ano com homenagem aos servidores que se aposentaram. Indicador: número de servidores homenageados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

<b>Objetivo</b>	Agradecer publicamente aos servidores aposentados pelo tempo de trabalho e dedicação ao Poder Judiciário de Santa Catarina, por meio de notícia no portal institucional.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Desde seu início foram publicadas 6 notícias e homenageados 124 servidores.

<b>Ação</b>	Rodas de Apoio Virtuais
<b>Meta</b>	25 encontros com 100% colaboradores atendidos
<b>Objetivo</b>	Oferecer momentos de diálogo e escuta empática para que os participantes possam manifestar as dificuldades nas relações de trabalho. Contribuir para o bem-estar de todos e promover o fortalecimento das relações interpessoais. Encontros são realizados com grupos de até quatro colaboradores, conduzidos por psicólogos organizacionais, em plataforma virtual.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Desde seu início foi realizada uma edição com 5 colaboradores atendidos (10,41% de um total de 48 que se aposentaram em 2020).

<b>Ação</b>	Ciclos de Acolhimento da Aposentadoria
<b>Meta</b>	20% dos colaboradores aposentados atendidos.
<b>Objetivo</b>	Oferecer momentos de diálogo e escuta empática para que os colaboradores possam manifestar suas vivências e compartilhar seus sentimentos frente à aposentadoria. Encontros são conduzidos por psicólogos organizacionais, em plataforma virtual.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Parcialmente cumprida.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Desde seu início foi realizada uma edição com 5 colaboradores atendidos (10,41% de um total de 48 que se aposentaram em 2020).

<b>Ação</b>	Mães do Judiciário
<b>Meta</b>	Promover 2 ciclos de rodas de conversa com as mães do judiciário
<b>Objetivo</b>	Oferecer momentos de diálogo e escuta empática para que as participantes possam manifestar acerca de questões relacionadas ao trabalho e à maternidade. Contribuir para o bem-estar de todos e promover o fortalecimento das relações interpessoais. Encontros são realizados em plataforma virtual.
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Desde seu início o programa publicou 2 “Toques Financeiros” e 4 “Dicas Financeiras” que tiveram 937 acessos individualizados.

<b>Ação</b>	Somos Todos PJSC
<b>Meta</b>	Promover uma ação por bimestre
<b>Objetivo</b>	Promover ações que com objetivo de integrar os colaboradores do PJSC
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**Cumprida.**

Promovida uma ação após o lançamento do Programa em outubro de 2020.

#### 4.11.3 DIRETORIA DE SAÚDE

<b>Ação</b>	Estudo para instituição de procedimentos em casos de acidente do trabalho
<b>Meta</b>	Realizar 100% do estudo
<b>Objetivo</b>	Elaborar fluxograma relativo aos casos de acidentes de trabalho ocorridos com os colaboradores do PJSC
<b>Responsabilidade</b>	DS/DGA/DGP
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - Qualidade de vida no ambiente de trabalho
---	---

**Cumprida.**

A primeira meta do estudo para instituir os procedimentos em casos de acidente do trabalho é elaborar o fluxograma relativo aos casos de acidentes de trabalho ocorridos com os colaboradores do PJSC.

Para tanto, verificamos os procedimentos adotados em casos de acidente de trabalho e acidente em serviço no âmbito do PJSC; realizamos um benchmarking com outros órgãos públicos em relação aos procedimentos adotados, modelos de formulários e normativas aplicadas; elaboramos um formulário eletrônico a ser disponibilizado na página do TJSC; e, por fim, elaboramos o fluxograma sobre para acidente de trabalho e acidente em serviço.

<b>Ação</b>	Elaborar protocolo de enfrentamento ao Assédio Moral
<b>Meta</b>	Distribuir a cartilha informativa à 50% dos magistrados e servidores que ocupam cargo de chefia
<b>Objetivo</b>	Esclarecer e orientar quanto ao assédio moral, contribuindo na promoção de mudanças de hábitos e atitudes
<b>Responsabilidade</b>	DS/DGA/DGP/CGJ/SINJUSC/NCI
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

**Não cumprida.**

Elaborou-se Termo de Abertura de Projeto (TAP), no qual se propôs protocolo de enfrentamento incluindo fluxograma de atendimento e ações focadas na cultura organizacional – a distribuição de cartilhas aos gestores seria a primeira dessas ações. O TAP não foi aprovado pelo DGA para o prosseguimento da implementação, razão pela qual não foi autuado.

<b>Ação</b>	Facilitar a reinserção de servidores afastados por longos períodos
<b>Meta</b>	Atender 100% dos casos encaminhados pela Junta Médica
<b>Objetivo</b>	Preparar os servidores em processo de remoção por motivo de doença para retornar ao trabalho e os demais colaboradores que irão receber esse novo colega de trabalho
<b>Responsabilidade</b>	DS/DGP
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - Qualidade de vida no ambiente de trabalho
--	---

**Cumprida.**

Em 100% dos casos encaminhados pela Junta Médica Oficial, realizou-se a sensibilização de chefias e equipes vinculadas aos servidores que permaneceram em afastamento médico por longo período, ação que viabilizou uma melhor acolhida no retorno ao trabalho. Devido à pandemia da Covid-2019, propõe-se a adequação do projeto à modalidade virtual, a fim de que se possa dar continuidade à ação mediante o seu cumprimento a distância.

<b>Ação</b>	Oferecer orientação em higiene bucal através da produção e fixação de folheto ilustrado nos sanitários de uso comum do PJSC
<b>Meta</b>	Atingir 100% dos servidores que utilizam os sanitários de uso comum do TJSC
<b>Objetivo</b>	Promover saúde bucal dos membros e servidores do TJSC prevenindo através da correta higiene bucal as doenças dentárias e gengivais relacionadas à incorreta ou insuficiente higienização.
<b>Responsabilidade</b>	DS/DIE/NCI
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

**Cumprida.**

O projeto de orientação em higiene bucal foi implantado no mês de fevereiro de 2020 com a fixação de suporte de acrílico para folha A4; com cartaz contendo instruções e imagens demonstrativas de como fazer a higiene bucal. Foram fixados nos banheiros de uso comum do TJSC Torres I e II; Unidade Presidente Coutinho; Unidade Almirante Lamego; Unidade Osmar Cunha; Divisões de Almoxarifado Central e de Patrimônio (BR-101, KM 208, São José); Arquivo Central (Palhoça); Depósito Forquilhinas (São José). Maiores informações podem ser obtidas no SEI 0077326-36.2019.

<b>Ação</b>	Realizar estudos para implementação da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) nos postos de trabalho do PJSC
<b>Meta</b>	Concluir o estudo com o propósito de implementar a prática de AET
<b>Objetivo</b>	Verificar a viabilidade e formas de implementação de AET nos postos de trabalho do PJSC, e implementar as recomendações ergonômicas identificadas
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Saúde
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - Qualidade de vida no ambiente de trabalho
--	---

**Cumprida.**

Foi realizado um projeto piloto de AET na comarca de Biguaçu, com o objetivo de trazer subsídios e referências à Seção de Ergonomia, para a elaboração das especificações técnicas do projeto básico de AET.

Para fins de fundamentação do projeto básico, também foi realizada ampla pesquisa com 13 profissionais e empresas do ramo onde se obtiveram dados e experiências diversas sobre a prática de AET, além do levantamento dos dados alusivos às quantidades de LTS e expectativa média de idade produtiva dos magistrados e servidores do PJSC.

Após a conclusão dos estudos, optou-se pela implementação da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) nos postos de trabalho do PJSC mediante a contratação de empresas especializadas para a prestação dos serviços, na modalidade pregão eletrônico. O projeto básico está em fase de elaboração, mas a contratação foi sobrestada em virtude da pandemia e do contingenciamento de despesas.

<b>Ação</b>	Realizar estudos para implementar a Ginástica Laboral no PJSC
<b>Meta</b>	Concluir o estudo com o propósito de realizar Ginástica Laboral em todas as unidades do PJSC
<b>Objetivo</b>	Verificar a possibilidade de implementar a prática de Ginástica Laboral nas unidades do Poder Judiciário com vistas à melhoria da qualidade de vida no trabalho e aumento da produtividade
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Saúde
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

**Parcialmente cumprida.**

Realizado estudo para a implementação da Ginástica Laboral, por meio de vídeos, disponibilizados diariamente, na intranet do PJSC, em horários pré-determinados, bem como foi realizada pesquisa de preços com profissionais e empresas do ramo.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Após a conclusão dos estudos, optou-se pela aquisição dos vídeos de ginástica laboral por requisição de compra, no entanto, a aquisição foi sobrestada em virtude da pandemia e do contingenciamento de despesas.

<b>Ação</b>	Realizar estudos preliminares para a construção e validação de instrumento de avaliação de riscos psicossociais e cognitivos
<b>Meta</b>	Finalizar o estudo, contratar e implementar o instrumento no PJSC.
<b>Objetivo</b>	Contratar, por inexigibilidade de licitação, ferramenta para consultoria e assessoria na construção e validação de instrumento de avaliação de riscos psicossociais e cognitivos
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Saúde
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

**Parcialmente cumprida.**

Realizou-se os estudos preliminares com a finalidade de analisar protocolos existentes passíveis de adaptação e elaborou-se projeto básico para a contratação de consultoria por inexigibilidade de licitação.

Contudo, devido ao contingenciamento e à escassez de insumos de ordem financeira no âmbito do serviço público, a DGA determinou o sobrestamento da implementação do projeto para reexame em momento oportuno.

<b>Ação</b>	Atuar no processo de verificação dos riscos psicossociais/cognitivos
<b>Meta</b>	Preencher 100% dos quesitos estabelecidos pelo e-social e avaliar 100% do público obrigado ao e-Social
<b>Objetivo</b>	Avaliar riscos psicossociais e cognitivos dos postos de trabalho, conforme estabelecido no e-social
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Saúde
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

**Parcialmente cumprida.**

Concluída a fase de estudos para o desenvolvimento de ferramenta de verificação dos riscos psicossociais/cognitivos, detectou-se a existência de um protocolo passível de adaptação (*Copenhagen Psychosocial Questionnaire/COPSOQ*). O citado protocolo, entretanto, necessita de ajustes e nova validação, o que exige orientação especializada e supervisão de um profissional qualificado.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

O projeto foi inicialmente sobrestado devido ao contingenciamento de despesas, conforme dispõe a Resolução GP n. 14, de 8 de abril de 2020. Posteriormente foi arquivado por não ser mais exigido no e-Social, mas dada a sua importância, será abordada no formulário da Análise Ergonômica do Trabalho.

#### 4.11.4 AÇÕES EXTRAS DA DIRETORIA DE SAÚDE

<b>Ação</b>	Conjunto de medidas de orientação, de prevenção e de contenção do Coronavírus a serem observadas pelos magistrados, servidores e colaboradores
<b>Meta</b>	Atingir 100% dos magistrados, servidores e demais colaboradores do PJSC
<b>Objetivo</b>	Prevenir e mitigar o avanço da doença no Judiciário Catarinense
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Saúde
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

#### **Cumprida e em continuidade**

Diante do avanço do Covid-19, declarado pandemia global pela Organização Mundial da Saúde – OMS, foi lançado o Portal Coronavírus, com o objetivo de disseminar informações relevantes e atualizadas sobre as medidas de prevenção e de contenção da doença a serem observadas pelos magistrados, servidores e colaboradores do PJSC.

No Portal Coronavírus, a Diretoria de Saúde publica regularmente orientações e protocolos, a fim de prevenir e mitigar o avanço da doença no Judiciário catarinense, dentre as quais podemos citar:

#### **1) Ações relacionadas à saúde mental**

- ✓ Atendimento psicológico emergencial à distância;
- ✓ Atendimento assistencial emergencial à distância;
- ✓ Orientações sobre cuidados emocionais para o período de isolamento
- ✓ Notícia sobre o Dia Mundial da Saúde (publicada na página principal do

PJSC, em abril/2020);



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

---

✓ Dica de Saúde Tempo de mudanças (publicada no Portal do Servidor, em abril/2020).

## **2) Ações relacionadas à ergonomia**

✓ Vídeos sobre Ginástica Laboral: como forma alternativa de auxiliar os magistrados e servidores, a Seção de Ergonomia lançou 6 (seis) vídeos com orientações de alongamentos, que podem ser realizados em casa.

✓ Atendimentos ergonômicos *online*: tendo em vista o atual contexto em que estamos vivendo em decorrência da pandemia do Covid-19 e à dificuldade encontrada para adequar ergonomicamente o posto de trabalho em casa, a Seção de Ergonomia lançou projeto de atendimento *online*, via vídeo conferência, para dirimir qualquer dúvida relacionada ao ambiente e posto de trabalho.

✓ Vídeos Adequação Ergonômica: a Seção de Ergonomia lançou 4 (quatro) vídeos com orientações sobre como adequar o ambiente e o posto de trabalho no Home Office.

✓ Cartilha "De olho na Ergonomia": a Seção de Ergonomia desenvolveu uma cartilha sobre saúde e ergonomia. Está na iminência de ser publicada.

✓ Projeto Integra: em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas, a Seção de Ergonomia realiza atendimentos a servidores com deficiência.

✓ Projeto *Lives* da Diretoria de Saúde: a Seção de Atenção Integral à Saúde e a Seção de Ergonomia lançaram projeto de *Lives* da Diretoria de Saúde, cujo objetivo é realizar uma *live* sobre Saúde Mental e Ergonomia. Previsão para acontecer no dia 11 de agosto.

## **3) Ações de enfrentamento ao COVID-19**

Diante do avanço da Covid-19, foi criado na página principal do TJSC, o Portal Coronavírus, para disseminar informações relevantes e atualizadas sobre as medidas de prevenção e de contenção da doença a serem observadas pelos magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

---

Nesse período de pandemia, a Diretoria de Saúde tem inserido no Portal Coronavírus várias informações, a fim de garantir a saúde dos magistrados e servidores do PJSC em relação à Covid-19.

- ✓ A doença
- ✓ Identificação de riscos para o novo Coronavírus (COVID-19)
- ✓ Grupo de risco
- ✓ Isolamento domiciliar
- ✓ Medidas de prevenção
- ✓ Afastamento compulsório-preventivo
- ✓ Orientações sobre cuidados emocionais
- ✓ Protocolo de atendimento presencial excepcional
- ✓ Atendimento odontológico de urgência
- ✓ Orientações e protocolos
  - Cuidados com a saúde emocional - COVID-19
  - De olho na Ergonomia
  - Higiene Alimentar
  - Maneiras seguras de higienizar as mãos
  - Orientações para disposição de álcool em gel e sinalização
  - Orientações para uso correto da máscara de tecido
  - Protocolo de alimentação no trabalho
  - Protocolo de atendimento no depoimento especial
  - Protocolo de conduta para o Oficial de Justiça
  - Protocolo de conduta para Psicólogos e Assistentes Sociais
  - Protocolo de funcionamento das bibliotecas do PJ Catarinense
  - Protocolo de higiene de saída e retorno ao lar
  - Protocolo de limpeza no PJSC
  - Protocolo de recebimento de bens apreendidos
  - Protocolo de utilização de máscara do tipo *face shield*
  - Protocolo para escanerização de autos físicos
  - Protocolo para trabalho presencial no PJ Catarinense
  - Recomendações para salas de audiência e para sessões de júri
  - Uso de luvas
- ✓ Orientações em vídeo sobre as principais dúvidas sobre o coronavírus
  - Isolamento domiciliar
  - Exame
  - Grupo de risco



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

---

- Atividade física
- Campanha de vacinação
- Cuidados no trabalho
- Mães com crianças até 4 anos
- Uso do celular
- Campanha de vacinação
- Vacinação para grupo de risco
- Como lavar as mãos corretamente
- Uso da máscara

✓Orientações e dicas de alongamento para o período de isolamento domiciliar

- Informações iniciais
- Dicas
- Alongamentos de MMSS
- Alongamentos de mãos
- Alongamentos de tronco
- Alongamentos de ombro
- Alongamentos de cervical
- Mesa e Cadeira
- Organização do Posto do Trabalho
- Orientações Iniciais
- Uso de apoio de pés

✓Perguntas frequentes

✓Coleta de dados epidemiológicos pela Diretoria de Saúde

✓Avaliação e Reavaliação de risco COVID-19

Além das informações disponibilizados no Portal Coronavírus sobre as medidas de prevenção e de contenção da doença, a Diretoria de Saúde tem investido na aquisição de insumos para o enfrentamento da COVID019, perfazendo, até a presente data (10/11/2020), o total de R\$ 316.844,17.

✓Insumos adquiridos/fornecidos em função do Covid-19

- Luvas descartáveis: 2.105 caixas (com 100 unidades)
- Máscaras de tecido: 28.092 unidades
- Máscaras cirúrgicas descartáveis: 7.825 unidades
- Máscaras *face shield*: 2.450 unidades



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

- Aventais descartáveis: 156 unidades
- Termômetros clínico digital: 150 unidades

Estas são as ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde em atenção à saúde dos magistrados e servidores do PJSC, neste período de pandemia devido à COVID-19.

#### 4.12 CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Desde a criação de uma unidade de sustentabilidade do Tribunal de Justiça Catarinense, em 2009, é produzida ao menos uma campanha anual com o objetivo de incentivar e divulgar os preceitos socioambientais adotados pela instituição.

Em 2010, o setor foi responsável por criar o programa Pense Ambiente, primeira campanha de temática ambiental a alcançar todas as unidades do Estado, em resposta à Meta 10 instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, que recomendou a redução de consumo de papel, combustível, água e energia elétrica.

A ação de sensibilização mais constante, sem dúvida, é a Semana do Meio Ambiente, que já está na décima-primeira edição. Desde 2009, o evento realiza atividades educativas e artístico-culturais que incentivam a reflexão sobre as demandas socioambientais da atualidade. Uma parte das atividades é produzida pela Secretaria de Gestão Socioambiental e outra parte resulta da participação voluntária e autônoma de comarcas e setores do TJ.

O programa Sinal Verde para a Conciliação também possui eventos recorrentes. Consiste em uma campanha para promover a gestão sustentável dos municípios de conciliação, especialmente a gestão de resíduos.

Já o programa “Mais atitudes, menos lixo” promoveu a reutilização de papel A4 por meio de uma parceria com a Divisão de Artes Gráficas até 2018, quando aquele setor foi extinto. A partir do programa, eram distribuídos blocos de notas com papel A4 reaproveitado.

Ademais, desde 2017, o TJSC aderiu à programação do evento Lixo Zero, que é promovido anualmente pelo Instituto Lixo Zero Brasil, braço da *Zero Waste*



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

*International Alliance*. Por meio do evento, são divulgados informativos sobre consumo consciente e gestão de resíduos.

Além de campanhas específicas, outra frente de sensibilização socioambiental é a manutenção de um portal temático. Cabe ressaltar que o setor já promoveu mais de cinco portais de informação ao longo do decênio.

Por fim, a sensibilização também ocorre por meio do uso de materiais de comunicação instalados nas lixeiras, bombonas e contentores, encartes em banheiros e copas por meio das identidades visuais “Mais atitudes, menos lixo”; “Descarte Certo” e “Vamos Cuidar desse ambiente?”.

Em 2020, foram implementadas três ações de sensibilização e 2 ações de capacitação socioambiental. Como ações de sensibilização: a Semana do Meio Ambiente; a campanha Mostre suas Plantas e a participação no Programa Palavra do Presidente. Como ações de capacitação socioambiental: duas edições do curso de Nivelamento de Servidores, que possui capítulo dedicado ao Plano de Logística Sustentável.

Houve uma queda acentuada na quantidade de participações em ações de sensibilização em razão das medidas de contenção de pandemia de Covid-19. Com a instituição do regime de trabalho remoto, a Semana do Meio Ambiente precisou ser reformulada para o ambiente virtual e, assim, as comarcas não puderam integrar o evento da forma tradicional, em que promovem ações de forma autônoma e descentralizada. Dessa forma, enquanto que em 2019 contabilizaram-se 21 ações, em 2020 foram 3.

Não obstante, o esforço do setor na conquista do engajamento do público-interno, por meio de mensagens eletrônicas a magistrados, servidores e terceiros, alcançou a totalidade da força de trabalho na divulgação da Semana do Meio Ambiente e de sua temática, somando 12.966 pessoas. Aliado a isso, a problemática socioambiental foi tema de um programa audiovisual inteiro veiculado ao público-interno e por meio do canal oficial de You Tube do TJSC (11ª edição Palavra do Presidente).





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Por fim, por meio do Curso de Nivelamento de Servidores, 878 servidores tomaram conhecimento do funcionamento das diretrizes de sustentabilidade do Plano de Logística Sustentável.

<b>Ação</b>	Publicação de dados de consumo de papel, água engarrafada e copo plástico
<b>Meta</b>	100% da publicação
<b>Objetivo</b>	Dar transparência aos índices de consumo de papel, água engarrafada e copo plástico por meio de publicação do portal socioambiental.
<b>Responsabilidade</b>	SGS, DIE, DMP
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 16 – Capacitação e sensibilização socioambiental
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

**Parcialmente cumprida.**

Dados disponíveis e publicados em <https://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/indicadores-de-consumo-acesso-restrito>, não obstante as atualizações tenham sido sobrestadas a partir de outubro de 2020 para revisão da metodologia, em colaboração com o Núcleo de Estatística e Análise de Dados da ASPLAN.

<b>Ação</b>	Semana do Meio Ambiente
<b>Meta</b>	Participação de no mínimo 8 comarcas/setores do TJSC
<b>Objetivo</b>	Promover a comunicação para a sustentabilidade por meio de evento no TJ e nas comarcas
<b>Responsabilidade</b>	SGS
<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 16 – Capacitação e sensibilização socioambiental.
<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

**Cumprida.**

Por conta das medidas de distanciamento social adotadas no combate à pandemia de Covid-19, transformamos nossa tradicional exposição que ocorre no saguão do TJSC em formato virtual, bem como abrimos à participação virtual das comarcas por meio das redes sociais da nossa instituição. A partir da inspiração no tema da ONU para 2020, a X Semana do Meio Ambiente foi denominada “Plantas e Saúde”



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

e abordou a integração com a natureza na promoção do bem-estar e da saúde, como foco no que é possível fazer em casa.

A exposição virtual Plantas e Saúde trouxe informações relevantes e curiosidades sobre o uso de plantas alimentícias não convencionais, as chamadas PANC; sobre princípios e técnicas de permacultura aplicáveis, tanto no meio rural como no meio urbano; e sobre plantas medicinais conhecidas popularmente por trazerem benefícios à saúde mediante o consumo de chás.

### PANC

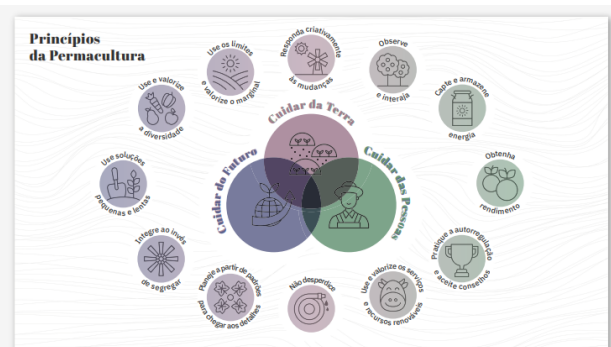
Conheça os usos alimentícios para as plantas dente-de-leão, ora-pro-nóbis e azedinha e para partes menos usadas de plantas, como coração da bananeira, casca do abacaxi e albedo do maracujá. As informações sobre as PANC foram extraídas do livro "Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas", de Valdely Ferreira Kinupp e Harri Lorenzi (2014).



Imagem: site da XI Semana do Meio Ambiente

Tal base ética, por sua vez, fundamenta os doze princípios instrumentais para as tomadas de decisão na permacultura.

1. Observar e interagir com os padrões/design da natureza
2. Captar e armazenar energia
3. Obter rendimento
4. Praticar a autorregulação
5. Valorizar os serviços e os recursos renováveis
6. Evitar desperdícios
7. Projetar desde os padrões gerais até os detalhes
8. Integrar, ao invés de segregar
9. Usar soluções pequenas e lentas
10. Usar e valorizar a diversidade
11. Usar os limites e valorizar o marginal
12. Responder criativamente às mudanças



Infográfico: Princípios da Permacultura



Confira cada um dos princípios nesta matéria da Universidade Federal de Santa Catarina.

<https://bit.ly/oqueepermacultura>

Imagem: site da XI Semana do Meio Ambiente



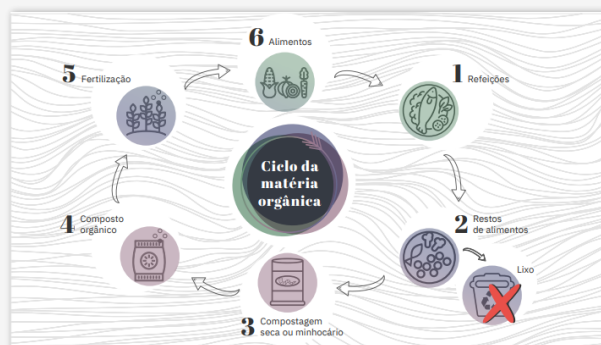
**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

## Compostagem

Compostagem é a decomposição de materiais orgânicos por microrganismos, o que permite o reaproveitamento e a ciclagem dos nutrientes dos materiais orgânicos para as plantas.

A matéria orgânica compostada, também conhecida por húmus, pode ter muitas funções, como ajudar a manter a umidade do solo, ajudar a controlar a acidez, melhorar a textura do solo, servir de abrigo para organismos úteis, combater contaminações e liberar nutrientes para as plantas.

A partir da observação do ciclo da matéria orgânica na natureza, surgiram diversas técnicas de compostagem que podem ser aplicadas conforme a disponibilidade de espaço e o tipo de matéria orgânica.



Infográfico: Ciclo da matéria orgânica

Imagem: site da XI Semana do Meio Ambiente

## Carqueja (*Baccharis trimera*)

Planta usada há séculos pelos povos indígenas do Brasil para o tratamento de várias doenças, a carqueja é nativa no Sul e no Sudeste, principalmente nas regiões de campos de altitude.

Indicações: pode ajudar a combater os males do fígado, estômago, vesícula e intestino, vermes intestinais, úlcera, diabetes, garganta inflamada. Fortalece a digestão.

Propriedades: hepatoprotetora, digestiva, antiúlcera, antiácida, anti-inflamatória, hipoglicêmica

Contraindicações: deve ser evitado o uso em gestantes, lactantes e crianças menores de 6 anos; diabéticos precisam monitorar o uso; como pode baixar a pressão arterial, deve ser utilizada com cuidado por hipertensos e hipotensos.

Fontes: Lorenzi e Matos, p. 120-121. Grandi, p. 348. UFSC, Horto Didático, <https://hortodidatico.ufsc.br/carqueja/>



### Infusão de carqueja

Despeje água fervente em uma xícara (média) contendo 1 colher (sopa) de hastes e folhas picadas. Aqueça por 15 minutos. Sugestão de uso: 1 xícara (chá) 30 minutos antes das refeições até 3 vezes por dia.

Imagem: site da XI Semana do Meio Ambiente

O programa Nosso Lixo é uma Beleza, da Divisão de Arquivo do TJSC, demonstrou os resultados da horta que utiliza o adubo gerado pela compostagem dos resíduos orgânicos no local.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

### Nosso lixo é uma beleza

O programa “Nosso lixo é uma beleza” nasceu de uma necessidade transformada em oportunidade. O novo prédio do Arquivo Central do Poder Judiciário catarinense, situado no município de Palhoça e inaugurado no final de 2017, contava com extensa área para jardinagem e nenhum orçamento para essa finalidade. O solo era impróprio para o cultivo e existia um recorrente problema com o depósito de restos de comida e de borra de café nos recipientes para rejeitos, o que atraía insetos e gerava odores desagradáveis.

Diante disso, o servidor Marcos Rodolfo da Silva, chefe da Divisão de Arquivo e praticante da compostagem, e o colaborador terceirizado Antônio Fernandes, hábil jardineiro do prédio e apaixonado pela profissão, iniciaram uma ação voluntária de compostagem que transformaria todos os resíduos orgânicos gerados no prédio em matéria-prima para o cultivo de plantas no terreno.

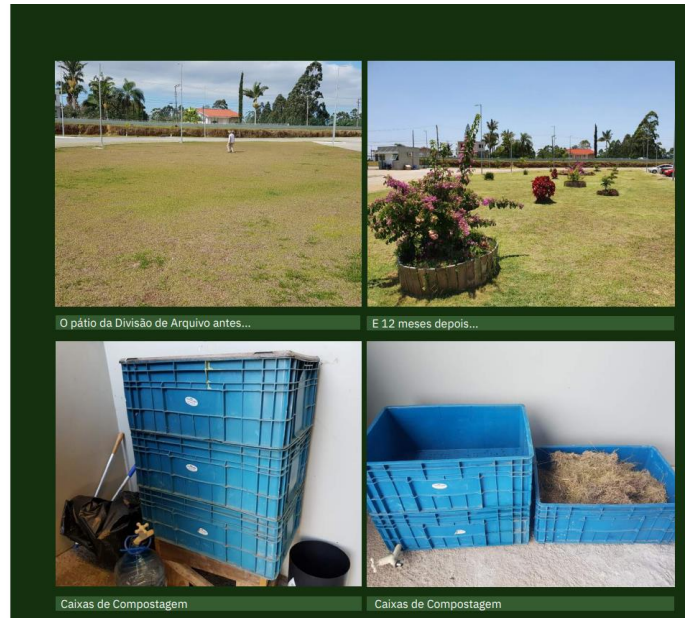


Imagem: site da XI Semana do Meio Ambiente

A ação Mostre Suas Plantas, convidou o público interno a enviar fotos e vídeos da sua horta, da composteira, do vaso de temperos ou da planta preferida para um chá. Foram obtidas mais de 50 participações, as quais foram publicadas no perfil oficial do TJSC no Facebook e no Instagram.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



Imagem: Instagram do PJSC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



Imagem: Instagram do PJSC

Ademais, a equipe da Secretaria de Gestão Socioambiental, a convite da Presidência, participou do programa audiovisual Palavra do Presidente, com uma



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

edição dedicada à Semana do Meio Ambiente e ao programa de gestão socioambiental do TJSC.

O site da X Semana do Meio Ambiente é <https://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/campanhas/xi-semana-do-meio-ambiente>.

A gravação do programa Palavra do Presidente está disponível em <https://www.tjsc.jus.br/acoes-sustentaveis-desenvolvidas-no-poder-judiciario-de-santa-catarina-e-os-detalhes-da-semana-do-meio-ambiente-2020>.

<b>Ação</b>	Semana Lixo Zero
Meta	Publicar ao menos um e-mail marketing e um banner virtual nas páginas do TJSC
Objetivo	Promover a comunicação para a sustentabilidade por meio de evento no TJ e nas comarcas
Responsabilidade	SGS/
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16 – Capacitação e sensibilização socioambiental
Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

**Não cumprida.**

Não foi possível participar da Semana Lixo Zero de 2020 em razão do acúmulo de atividades causado por licenças e afastamentos que mantiveram a equipe incompleta durante o decorrer do ano, bem como pela superveniência da remodelação dos fluxos de trabalho como resposta às medidas de distanciamento social e de *home office* instauradas pelo PJSC no combate à pandemia de Covid-19.

#### 4.13 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

A meta de garantir o tratamento diferenciado de ME e EPP em dispensas de licitação (contratações de pequeno valor) relativas à Secretaria do Tribunal de Justiça (Diretorias vinculadas à Presidência - DGA/DGJ - e pela Academia Judicial, Núcleo de Segurança Institucional e pelo Núcleo de Comunicação Institucional) que



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

ultrapassassem 0,5% da alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei n. 8.666/93 foi implementada por meio da exigência, decorrente da Resolução GP n. 42/2018, de que se submetam à cotação eletrônica, destinada preferencialmente a ME e EPP.

Ação	Estabelecer procedimentos que garantam a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte de maneira preferencial nos procedimentos de dispensa de licitação
Meta	Exigir justificativa em 100% das contratações diretas realizadas pela Secretaria do TJSC por meio de dispensa de licitação nos casos em que a preferência conferida às microempresas e empresas de pequeno porte não seja observada.
Objetivo	Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.
Responsabilidade	DMP E URs
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	---
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15.

**Cumprida.**

Essa ação já constou no Plano de Ações de 2019 e de 2020 deste Tribunal.

Desde então, em todos os casos em que a preferência garantida a ME e EPP é afastada, há apresentação de justificativa pela Unidade Requisitante.

As dispensas de licitação com outros fundamentos legais seguem procedimento já consolidado neste Tribunal, com adoção de lista de verificação, sendo exigido justificativa quando do afastamento dos benefícios conferidos à MEs EPPs.

Considerando que a ação já é consistente neste órgão, passará a constar como prática sustentável (item 3.7 deste relatório).

#### 4.14 PROJETO-PILOTO DE IMATERIALIZAÇÃO PERENE DA ÁREA ADMINISTRATIVA

Uma das diretrizes da gestão eleita para o biênio 2020-2022 é a expansão do trabalho não presencial no âmbito do Poder Judiciário catarinense, mantendo-se em *home office* tantas pessoas o quanto possível.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Diante disso, a Diretoria-Geral Administrativa – DGA assumiu a dianteira com a realização de *benchmarking* para identificar modelos de trabalho não presencial em órgãos públicos e também na iniciativa privada, perscrutando vantagens, desvantagens, desafios, como o home office é realizado nesses órgãos, que tipo de itens de tecnologia são utilizados, como funciona o gerenciamento dos times remotos etc.

Assim, a ação foi conduzida com o objetivo de tornar perene e padrão a realização dos trabalhos não presenciais (home office e teletrabalho) pelo maior número de servidores da DGA e de suas diretorias coligadas.

O projeto<sup>5</sup> decorreu de clamor dos próprios servidores (*bottom up*), que, em pesquisa feita pelos diretores em suas áreas, manifestaram adesão imediata de 100% do quadro funcional da DGA e da DOF, 80% da DGP, DMP e DTI, 70% da DEA, 25% da DIE e 10% da DS. As parcelas não aderentes das diretorias acima devem-se ao fato de elas prestarem muitos serviços operacionais, braçais, que necessitam ser executados *in loco*, com presença física nos locais de trabalho.

Efeitos esperados:

- ✓ Para o servidor: mais qualidade de vida; menos deslocamento; mais conforto; melhor convivência familiar;
- ✓ Para o gestor: maior produtividade; gestão por desempenho; gerenciamento moderno; maior motivação da equipe
- ✓ Para a instituição: maior produtividade; redução de despesas; racionalização de espaços físicos; eficiência organizacional
- ✓ Para a sociedade: produtividade; *accountability* do desempenho do servidor público.

Segue relatório parcial do projeto-piloto, eis que a ação se encontra na etapa intermediária de realização.

<b>Ação</b>	Projeto piloto imaterialização da área administrativa
<b>Meta</b>	70% da área administrativa em trabalho não presencial

<sup>5</sup> Projeto piloto de imaterialização perene da área administrativa (SEI n. 0029975-33.2020.8.24.0710).



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Objetivo	Redução dos custos de insumos e de manutenção predial
Responsabilidade	Diretoria-Geral Administrativa
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Papel, copo plástico, água engarrafada, impressão, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reforma, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida no ambiente de trabalho
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	(a) Uso eficiente de insumos e materiais [...]; (b) Energia elétrica; (c) Água e esgoto; (d) Gestão de resíduos; (e) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; [...] (h) Deslocamento de pessoal e de bens e materiais, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes

**Cumprida.**

Foi alcançado um total de 85,88% de servidores da área administrativa em trabalho não presencial (home office total ou parcial e/ou teletrabalho).

DIVISÃO DO TRABALHO PRESENCIAL/NÃO PRESENCIAL DIRETORIAS ADMINISTRATIVAS		
PRESENCIAL	74	14,12%
NÃO PRESENCIAL	450	85,88%

A implantação do regime não presencial liberou uma área de 6 mil m<sup>2</sup>, o que promoveu a devolução de prédios e a redistribuição dos espaços de trabalho.

Deste modo, como resultados da implantação do projeto-piloto, até o fechamento do relatório, em novembro de 2020, constatou-se o reaproveitamento de mais de 800 bens; reaproveitamento de equipamentos; economia com locação, energia elétrica, água e postos terceirizados, em valor aproximado de R\$ 1.200.000,00/ano<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Processos 0009823-61.2020.8.24.0710; 0033052-50.2020.8.24.0710; 0010137-41.2019.8.24.0710; 0037969-15.2020.8.24.0710



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

## 5 PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PARA 2021

Para compor o Plano de Logística Sustentável de 2021, as áreas apresentaram 64 ações, que abrangem os oito temas do artigo 16 da Resolução CNJ n. 201/2015.

Tabela 4- Quantidade de ações por categoria do principal indicador e por tema – 2021

<b>Temas em que as ações incidem (art.16)</b>	<b>Categoria do principal indicador das ações (Anexo 1)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Principais áreas envolvidas</b>
I, IV, VI e VII	PAPEL	5	DMP e DTI
I e VI	CANETAS ESFEROGRÁFICAS	1	DMP
I	DESFAZIMENTO DE MATERIAIS E BENS MÓVEIS	1	DMP
I e VI	COPOS PLÁSTICOS	1	DIE
I e VI	ÁGUA ENVASADA	1	DIE
I e VII	TELEFONIA	1	DTI
I, II e VII	ENERGIA ELÉTRICA	4	DEA e DTI
III	ÁGUA E ESGOTO	1	DEA
I, IV e VII	GESTÃO DE RESÍDUOS	8	DEA, DTI e SGS
V e VIII	REFORMAS	1	DEA
I e VI	LIMPEZA	1	DIE, DMP e DGP
I e VIII	VEÍCULOS	1	DIE
I e VIII	COMBUSTÍVEL	1	DIE
V	QUALIDADE DE VIDA	26	DGP e DS
VI	CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	6	DMP, SGS e CGS
VII	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	2	DMP
I, II, III, IV, V, VI VII e VIII	Projeto-piloto de imaterialização da área administrativa <sup>7</sup>	3	DGA
	<b>TOTAL</b>	<b>64</b>	

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

<sup>7</sup> Em razão de a atividade promover impactar em várias categorias de indicadores, ela foi colocada em separado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

Do relatório, ressalta-se a redução no consumo de papel (64%), de copo plástico (76%) e de água em garrafinha PET (48%), consumo de energia elétrica (31%), água e esgoto (48%), tendo sido o trabalho não presencial o fator predominante para a redução.

Na área de telefonia, a implantação do projeto de telefonia VoiP 2 continua mostrando bons resultados, uma vez que se observa a redução de mais de 40% na conta de telefonia fixa.

Quanto ao uso de veículos oficiais, houve redução de 63% na quilometragem rodada e de 60% no consumo de combustível, no que colaborou a implantação do aplicativo de transporte de passageiros, além dos efeitos do trabalho não-presencial.

Houve um incremento nas ações de qualidade de vida, tendo sido notado que a Diretoria de Gestão de Pessoas realizou 23 ações de qualidade de vida no trabalho, 27,77% a mais do que em 2019. No tocante ao desempenho das ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho desenvolvidas na Diretoria de Saúde, das 8 (oito) ações propostas para 2020, 4 (quatro) ações foram cumpridas, 3 (três) foram parcialmente cumpridas devido ao contingenciamento de despesas por conta do Covid-19 e, apenas 1 (uma) ação não foi cumprida. Em contrapartida, por se tratar de caráter emergencial, a Diretoria de Saúde desenvolveu várias outras ações que não estavam previstas em seu plano para 2020, como orientações e aquisições de insumos em relação às medidas sanitárias de controle na propagação do Coronavírus.

Em relação às ações de capacitação e sensibilização socioambiental, foram implementadas três ações de sensibilização e duas ações de capacitação socioambiental. Como ações de sensibilização: a Semana do Meio Ambiente; a campanha Mostre suas Plantas e a participação no Programa Palavra do Presidente. Como ações de capacitação socioambiental: duas edições do curso de Nivelamento de Servidores, que possui capítulo dedicado ao Plano de Logística Sustentável.

Em razão das medidas de contenção de pandemia de Covid-19, a Semana do Meio Ambiente precisou ser reformulada para o ambiente virtual e, assim, as comarcas não puderam integrar o evento da forma tradicional, quando promovem



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

---

ações de forma autônoma e descentralizada. Dessa forma, enquanto que em 2019 contabilizaram-se 21 ações, em 2020 foram 3. Não obstante, o esforço do setor na conquista do engajamento do público-interno, por meio de mensagens eletrônicas a magistrados, servidores e terceirados, alcançou a totalidade da força de trabalho na divulgação da Semana do Meio Ambiente e de sua temática, somando 12.966 pessoas. Aliado a isso, a problemática socioambiental foi tema de um programa audiovisual veiculado ao público-interno e no canal oficial de YouTube do TJSC (11ª edição Palavra do Presidente). Quanto à capacitação, por meio do Curso de Nivelamento de Servidores, 878 servidores tomaram conhecimento do funcionamento das diretrizes de sustentabilidade do Plano de Logística Sustentável.

Destaca-se, por fim, o projeto-piloto de imaterialização perene da área administrativa, em fase intermediária de implantação, tendo alcançado um total de 85,88% de servidores da área administrativa em trabalho não presencial, cujos efeitos estão sendo demonstrados na redução dos índices de consumo de bens e materiais: reaproveitamento de mais de 800 bens; reaproveitamento de equipamentos; economia com locação, com materiais, com água e energia elétrica e com postos terceirizados.

O detalhamento do plano de ações para 2021 está dividido, abaixo, por categoria de indicador e aponta a ação, as áreas envolvidas, o objetivo, a meta, os recursos, o tema e a categoria do indicador:

### 5.1 PAPEL E IMPRESSÃO

Conforme indicado no item 4.1, o TJSC experimentou em 2020 uma redução de 64% no consumo de papel A4, superando expressivamente a meta de 20% estabelecida no PLS 2019/2020.

Essa redução se deve, em muito, ao contexto de pandemia vivenciado no ano de 2020, que exigiu adaptações na forma de trabalho, em especial no que diz respeito à implementação do *home office*. Esse regime de trabalho acabou se demonstrando vantajoso para a Administração, pois, além o aumento da produtividade de seus



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

colaboradores, acarretou na economia de energia elétrica, água, materiais de consumo, entre outros gastos.

No caso específico do papel, tudo indica que a redução do consumo de papel não acarretou prejuízo das atividades as unidades. Ou seja, ainda que com o retorno, em parte, do trabalho presencial, não deverá haver aumento de impressões ou consumo de papel, já que demonstrado que é viável o desenvolvimento dos trabalhos com o quantitativo médio de 1.792 resmas/mês.

Propõe-se, portanto, as seguintes ações nas categorias “papel” e “impressão”:

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Campanha para uso racional de impressoras e de papel	DMP/SGS	Manutenção do consumo de papel na quantidade atual, a partir de controle de solicitação de pedidos do material.	Manutenção do consumo de papel em até 1792 resmas/mês	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais VI - sensibilização e capacitação	2- Papel 5- Impressão
2 Aquisição de tonners	DTI	Aquisição dos suprimentos originais dos fabricantes das impressoras, para ter o melhor aproveitamento do tonner, diminuindo a frequência de substituição.  Manter a prática da logística reversa e descarte adequado	* Realizar o descarte ecológico de 100% das carcaças de toner utilizando logística reversa.  * Reduzir em 20% o quantitativo de toner adquirido em relação ao período anterior.	Financeiros e humanos.	I - uso eficiente de insumos e materiais IV - gestão de resíduos VII – contratações sustentáveis	2- Papel 5- Impressão
3 Digitalização de grande porte	DTI	Realização de grande volume de digitalização de documentos para o acervo de processos do TJSC.  Facilitar o acesso dos interessados	* Garantir o funcionamento de 100% dos scanners de grande porte do parque tecnológico do PJSC, realizando ma-	Financeiros e humanos.	I - uso eficiente de insumos e materiais IV - gestão de resíduos	2- Papel 5- Impressão



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

			aos autos. Diminuir a procura por vistas de processos físicos. Liberar espaços onde hoje são mantidos os autos físicos.	manutenção corretiva e preventiva.			
4	Digitalização de pequeno porte	DTI	Prover as unidades judiciais de scanners para realizar a digitalização do acervo de processos físicos, bem como de documentos que aportarem na unidade para instrução processual.  Realizar a manutenção de scanners de pequeno porte ampliando a sobrevida dos equipamentos já existentes no parque tecnológico do PJSC.	* Recuperar 100% dos scanners de pequeno porte que apresentarem problemas de funcionamento.	Financeiros e humanos.	I - uso eficiente de insumos e materiais  IV - gestão de resíduos	2- Papel  5- Impressão
5	Certificados digitais	DTI	Prover servidores do Poder Judiciário de certificação digital para realizar a assinatura eletrônica de documentos administrativos/judiciais.  Reduzir a impressão de documentos, oferecendo validade oficial a assinatura eletrônica de documentos administrativos/judiciais.	* Distribuir 100% dos certificados digitais solicitados por magistrados e servidores que utilizem o dispositivo para assinatura de documentos digitais.	Financeiros e humanos.	I - uso eficiente de insumos e materiais  IV - gestão de resíduos	2- Papel  5- Impressão

## 5.2 MATERIAL DE CONSUMO: PLANEJAMENTO E USO

Na mesma senda do que ocorreu com papel e impressão, a partir da experiência de *home office*, vislumbrou-se a possibilidade de implantar ações mais específicas quanto ao consumo de determinados materiais de expediente. No caso das



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

canetas esferográficas, verificou-se que a média mensal do consumo desse item reduziu 68,5% em 2020, conforme dados abaixo:

Caneta esferográfica (média mensal):
2019: 111 caixas c/ 25 unidades
2020 (até outubro): 35 caixas c/ 25 unidades.

Assim, propõe-se para 2021 uma ação de incentivo à manutenção do consumo de canetas esferográficas na quantidade atual. Como não há uma categoria específica para este tipo de ação no Glossário de indicadores, foi incluído um indicador próprio, com a fórmula “quantidade de canetas esferográficas consumidas no período”, unidade “caneta”, periodicidade da apuração “anual”.

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Campanha para uso racional de canetas esferográficas	DMP/SGS	Manutenção do consumo de canetas na quantidade atual, a partir de controle de solicitação de pedidos do material.	Manutenção do consumo de canetas esferográficas em até 875 unidades/mês	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais VI - sensibilização e capacitação	Próprio

### 5.3 DESFAZIMENTO DE MATERIAIS E BENS MÓVEIS

Em 2020, o Programa 5 Rs (item 3.1.6) deu novo uso a diversos bens inservíveis ao PJSC. No período entre janeiro e novembro de 2020 foram baixados 2.916 bens. Do total, 2614 foram alienados a terceiros; 308 foram doados para municípios; 1450 foram transferidos para o Estado; e, 856 foram doados a outras entidades.

Percebe-se, portanto, que, do total de bens passíveis de serem reaproveitados, 67,25% foram doados ou transferidos para órgãos públicos.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Diante desse cenário, propõe-se que, para 2021, seja estabelecida como meta a manutenção desse percentual de alienação a órgãos públicos.

Como não há categoria específica para este tipo de ação no Glossário de indicadores, foi incluído um indicador próprio, com a fórmula “quantidade de bens reaproveitados por órgãos públicos”, unidade “bem móvel”, periodicidade da apuração “anual”.

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Força-tarefa para reduzir o consumo de bens novos e promover o reaproveitamento de bens inservíveis para o PJSC	DMP	Realizar doação/transferência de bens inservíveis do PJSC a outros órgãos públicos	Doar a órgãos públicos 65% dos bens inservíveis do PJSC passíveis de serem alienados a terceiros	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais	Próprio

#### 5.4 COPOS PLÁSTICOS

Quanto ao consumo de copos plásticos, a implantação do regime de home office em algumas unidades e o encerramento das contratações relativas ao fornecimento de café demonstrou a possibilidade de implantação de uma meta de redução de consumo em relação à quantidade aferida em 2019.

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Redução do quantitativo de copos plásticos	DIE	Aproveitar a experiência de home office no PJSC e o encerramento das contratações relativas ao fornecimento de café para buscar a redução do consumo de copos plásticos.	Reduzir em 10% o consumo de copos plásticos em relação ao quantitativo consumido em 2019.	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais	3- Copos plásticos



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

### 5.5 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Assim como ocorreu com os copos plásticos, a implantação do regime de home office em algumas unidades demonstrou a possibilidade de implantação de uma meta de redução de consumo de água mineral envasada em embalagem plástica descartável em relação à quantidade aferida em 2019.

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 <b>Redução do quantitativo de água mineral envasada em embalagem plástica descartável</b>	DIE	Aproveitar a experiência de home office no PJSC para buscar a redução do consumo de água mineral envasada em embalagem plástica descartável	Reduzir em 5% o consumo de água mineral envasada em embalagem plástica descartável em relação ao quantitativo consumido em 2019.	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais	4- Água envasada

### 5.6 TELEFONIA

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 <b>Ampliação do tempo de troca de aparelhos celulares e regulamentação do uso da telefonia móvel</b>	DTI/DRC	Ampliar a vida útil dos equipamentos com a substituição somente em casos de impossibilidade de uso e reduzir o gasto mensal com telefonia móvel	Reduzir em 50% o valor mensal dos planos de dados  100% dos equipamentos sem trocas anuais%	Financeiros e Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais  VII – contratações sustentáveis	6 -Telefonia

### 5.7 ENERGIA ELÉTRICA

Ações	Área	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 <b>Substituição de ar condicionado do tipo janeleiro</b>	DEA / DMCO	Reduzir o consumo de energia elétrica no	Concluir a substituição, projetada para 2020, de 64 condicionadores de	Projeto orçamentário 12477	I - uso eficiente	7 Energia elétrica



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	<b>por split nas assessorias dos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas e iniciar novo planejamento</b>		PJSC no que se refere aos sistemas de climatização, com aumento gradual do uso de split.	ar do tipo janelheiro por aparelhos do tipo split nas salas das assessorias de magistrados dos fóruns com até 5 varas, em conformidade com as diretrizes previamente definidas pela DEA e ratificadas pelo CGENG, e instalar 36 equipamentos do tipo split em prédios de pequeno porte (vara única) a serem definidos pela DEA, em função da complexidade e área construída dos prédios. Totalizando 100 unidades em 2021.	(caso executado pelos contratos de manutenção); ou projeto específico de construção ou reforma do edifício.	de insumos e materiais II - energia elétrica	
2	<b>Avaliação pós-ocupação da cobertura verde</b>	DEA / AT	Apurar as vantagens e desvantagens da cobertura verde nos fóruns de Gaspar e Canoinhas, concluindo pela manutenção, modificação ou eliminação dessa diretriz nos novos projetos. Observa-se que foram utilizados sistemas construtivos diferenciados nos prédios de Gaspar e Canoinhas.	Elaborar relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Canoinhas.	Não há custos.	I - uso eficiente de insumos e materiais II - energia elétrica	7 Energia elétrica
3	<b>Aquisição de solução hiperconvergente de servidores de rede e de armazenamento</b>	DTI	Evoluir tecnologicamente o parque de servidores de rede e de armazenamento, utilizando equipamentos de maior capacidade e de maior eficiência energética, resultando em um ambiente com maior capacidade de processamento e armazenamento, com ocupação de espaço físico menor e também menor consumo de energia elétrica.	80% dos serviços de TI rodando no novo ambiente	Humanos e financeiros	I - uso eficiente de insumos e materiais II - energia elétrica	7 Energia elétrica



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

4	<b>Troca do equipamento switch cisco</b>	DTI	Promover a otimização dos equipamentos tornando-os mais eficientes energeticamente e mais céleres.	troca de 100% dos equipamentos	Humanos e Financeiros	I - uso eficiente de insumos e materiais II - energia elétrica VII - contratações sustentáveis	7 Energia elétrica
---	--	-----	--	--------------------------------	-----------------------	--	--------------------

### 5.8 ÁGUA E ESGOTO

Ações	Área	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1		Aprimorar o sistema de tratamento de efluentes dos fóruns.	Executar os serviços referentes à conexão à rede pública de tratamento de esgoto em no mínimo 4 prédios localizados em municípios que disponibilizam esse serviço.	Projeto orçamentário 12477 (caso executado pelos contratos de manutenção); ou projeto específico de construção ou reforma do edifício.	III - água e esgoto	8 Água e esgoto

### 5.9 GESTÃO DE RESÍDUOS

Ações	Área	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1		Viabilizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil nas obras do Poder Judiciário de Santa Catarina, de forma estruturada e considerando seus custos.	Avaliar os contratos com relação às exigências de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC dos projetos licitados em 2020.	Não há custos.	IV - gestão de resíduos VII - contratações sustentáveis	9 Gestão de Resíduos



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

2	<b>Manutenção de ultrabooks</b>	DTI	Manutenção corretiva dos equipamentos, com limpeza, revisão e substituição de peças do modelo Ultrabook HP9470m. O objetivo é prolongar a vida útil do equipamento e evitar a substituição, deixando de descartar equipamentos, e ainda diminuindo consumos de energia elétrica, com equipamentos revisados.	* Executar a manutenção de 100% dos equipamentos que apresentarem problemas de funcionamento, limitado ao quantitativo contratualmente previsto (50 ultrabooks).	Finan- ceiros e humana- nos	I - uso eficiente de insumos e materiais IV - gestão de resíduos	9 Gestão de Resíduos
3	<b>Aquisição de peças e insumos</b>	DTI	Aquisição de peças de reposição para microcomputadores, impressoras e material de consumo de informática para manter o parque computacional em funcionamento, a fim de lhes prolongar a vida útil, tornando-as mais eficientes energeticamente, e ainda evitando descarte de máquinas que podem ser otimizadas. Utiliza-se critérios de logística reversa e descarte sustentável de peças e resíduos.	* Recuperar 40% dos equipamentos danificados transferidos para a SGMETI.  * Promover a baixa patrimonial de 70% dos equipamentos irrecuperáveis transferidos a SGMETI.	Finan- ceiros e humana- nos	I - uso eficiente de insumos e materiais IV - gestão de resíduos	9 Gestão de Resíduos
4	<b>Upgrade de computadores</b>	DTI	Aquisição de peças para realizar o upgrade em microcomputadores do parque tecnológico do PJSC.  Promover a otimização dos equipamentos tornando-os mais eficientes energeticamente e mais céleres.	Substituir 50% dos pentes de memória de 8GB previstos na ARP.  Remanejar 100% dos pentes de memória retirados dos equipamentos para reaproveitamento.	Finan- ceiros e humana- nos	I - uso eficiente de insumos e materiais IV - gestão de resíduos VII – contratações sustentáveis	9 Gestão de Resíduos



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

5	<b>Alteração da metodologia de cálculo de quantificação de resíduos recicláveis</b>	SGS	Aplicar a alteração da metodologia no cômputo da destinação de papel do ano-referência 2021 – 100% implantado	Contabilizar o papel destinado à reciclagem a partir da quantidade de resmas consumidas pelo PJSC, considerando a destinação adequada à reciclagem, a fim de viabilizar que seja contabilizado pelo TJSC o indicador de “destinação adequada de papel”, constante no Índice de Desenvolvimento Sustentável do CNJ.	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais IV - gestão de resíduos	9 Gestão de Resíduos
6	<b>Publicação de sugestão de padronização de uso de coletores nos ambientes de coworking</b>	SGS	100% da publicação e divulgação às áreas que implantarem coworking	Disponibilizar o modelo de padronização nos ambientes para distribuição dos coletores da separação dos resíduos recicláveis de acordo com a resolução 275 do CONAMA, por meio do portal e/ou ofício por e-mail circular e/ou normativa.	Humanos e tecnológicos	I - uso eficiente de insumos e materiais IV - gestão de resíduos	9 Gestão de Resíduos
7	<b>Revisão da metodologia de destinação de bens apreendidos</b>	SGS	100% da metodologia atual atualizada	Análise da pertinência do papel da Secretaria de Gestão Socioambiental na destruição de bens apreendidos e na fragmentação de documentos sigilosos, em observância aos critérios técnicos definidos nas normas expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Justiça; às mudanças nas atribuições da unidade socioambiental decorrentes das alterações na Resolução CNJ n. 201/2015; e, à luz	Humanos	IV - gestão de resíduos VII – contratações sustentáveis	9 Gestão de Resíduos



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

				da gestão de riscos. Se for o caso, propor alterações na Resolução GP n. 28/2015 e na Resolução n. 14/2018.			
8	Revisão da redação dos editais/convênios de destinação de resíduos recicláveis	SGS	100% dos editais e convênios revisados	Diante da experiência do último biênio em relação aos convênios para a destinação dos resíduos recicláveis às cooperativas, em que foi identificada a necessidade de aumentar a autonomia das Secretarias de Foro no gerenciamento dos serviços, faz-se necessária a revisão dos editais e dos convênios a fim de verificar a viabilidade de transformar as Secretarias de Foro em Gestores Operacionais da demanda.	Humanos	IV - gestão de resíduos VII – contratações sustentáveis	9 Gestão de Resíduos

5.10 REFORMAS

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Instalação/ampliação de bicicletários	DEA	Aumentar o número de bicicletários conforme a necessidade das comarcas e prédios.	Aumentar em 10% a quantidade de novos bicicletários a serem instalados nos prédios, correspondendo a 8 equipamentos.	Projeto orçamentário 12477 (caso executado pelos contratos de manutenção); ou projeto específico de construção ou reforma do edifício.	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho VIII - deslocamento de pessoal	10 Reforma



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

### 5.11 LIMPEZA

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recur-sos	Tema (Art. 16)	Indica-dor (Anexo 1)
1 Projeto-piloto para a contratação de serviços de limpeza por m <sup>2</sup> com fornecimento de insumos para os prédios do TJSC Sede e UPC	DIE/ DMP/ DGP	Otimizar e modernizar a gestão e os serviços de limpeza com a contratação dos serviços por m <sup>2</sup> com fornecimento de insumos	100% do projeto básico para a contratação de serviços de limpeza com fornecimento de insumos para os prédios do TJSC Sede e UPC	Hu-manos/ Finan-ceiros	I- uso eficiente de insumos e materiais  VII – contratações sustentáveis	10 Limpeza

### 5.12 VEÍCULOS

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recur-sos	Tema (Art. 16)	Indica-dor (Anexo 1)
1 Redução da quantidade de veículos da frota oficial do PJSC	DIE	Substituir o uso de veículos oficiais pelos serviços de transporte por meio de aplicativo (Contrato 74/2020), e assim reduzir o número de veículos à disposição do PJSC	Reduzir em 5% a quantidade de veículos oficiais	Hu-manos	I- uso eficiente de insumos e materiais  VIII- desloca-mento de pessoal	12. Veículos

### 5.13 COMBUSTÍVEL

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recur-sos	Tema (Art. 16)	Indica-dor (Anexo 1)
1 Redução do consumo de gasolina dos veículos da frota oficial do PJSC	DIE	Reduzir o consumo de gasolina	Reduzir em 20% o consumo de gasolina dos veículos da frota oficial	Hu-manos	I- uso eficiente de insumos e materiais  VIII- desloca-mento de pessoal	13. Combustível





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

## 5.14 QUALIDADE DE VIDA

### Diretoria de Gestão de Pessoas

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1	Acompanhamento do Desempenho DGP DDP SPO	Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.	Realizar acompanhamento do desempenho de todos os servidores que apresentarem algum quesito insuficiente na Avaliação de Desempenho. Indicador em número de servidores acompanhados.	Humanos e financeiros	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
2	Atendimento Psicossocial DGP DDP SPO	Dar suporte psicossocial a servidores que buscam auxílio para dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho.	Atender todos os servidores que solicitarem apoio psicossocial. Indicador em número de servidores atendidos.	Humanos	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
3	Cartões Virtuais - Datas marcantes DGP DDP SPO	Reconhecer, valorizar e apoiar servidores e magistrados por meio do envio de cartões individualizados em momentos marcantes da vida destes.	Enviar as mensagens a todos servidores, magistrados e estagiários em datas especiais individualizadas. Indicador em número de cartões enviados.	Humanos	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
4	Diagnósticos Psicossociais DGP DDP SPO	Acompanhar e desenvolver os servidores realizando entrevistas individuais com todos os membros envolvidos na situação relatada ao ser solicitado o diagnóstico; com base nas entrevistas definir a intervenção cabível e realizar os encaminhamentos necessários.	Realizar diagnóstico nas unidades jurisdicionais em atendimento à demandas da Presidência, CGJ, DGA, ou resultantes do acompanhamento do desempenho de servidores, visando eventual intervenção da DGP. Meta: Indicador em número de servidores entrevistados nos diagnósticos das unidades atendidas.	Humanos e financeiros	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
5	"Dicas" no Portal do Servidor DGP DDP	Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.	Disponibilizar dicas de português, avaliação, gestão, entre outras, no Portal do Servidor, com periodicidade mínima mensal. Indicador: total de acessos individualizados às páginas das dicas	Humanos	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

				postadas no Portal do TJSC.			
6	Entrevistas de Lotação e Relotação de servidores na Secretaria do TJ	DGP DDP SPO	Identificar o perfil do servidor para definição de lotação com melhor adequação do ambiente de trabalho.	Realizar entrevistas com todos os convocados em concurso referentes à Secretaria do Tribunal de Justiça e com os servidores que solicitem relotação. Indicador em número de servidores.	Humanos e financeiro	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
7	Grupos Vivenciais	DGP DDP SPO	Contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).	Realizar cinco grupos vivenciais (intervenção psicossocial organizacional) com servidores. Indicador em número de servidores atendidos. Meta: 90 servidores atendidos.	Humanos e financeiro	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
8	Homenagem aos servidores aposentados	DGP DDP e DIE DAG	Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.	Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano. Indicador em número de servidores homenageados.	Humanos e financeiros	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
9	Programa Bem-Estar no Trabalho	DGP DDP	Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.	Realizar 3 eventos para 30 servidores cada. Indicador em número de servidores participantes. Meta: 90.	Humanos e financeiros	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
10	Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais	DGP DDP SPO	Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.	Realizar dois grupos no ano de com participação total de 24 servidores. Indicador em número de servidores.	Humanos e financeiros	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
11	Programa de Melhoria do Clima Organizacional	DGP DDP	Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os	Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 2 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias) no ano. Indicador em número de colaboradores das unidades	Humanos e financeiros	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

			servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho.	que receberam o programa.			
12	Programa de Preparação para a Aposentadoria	DGP DDP	Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.	Realizar 2 eventos para 30 servidores cada. Indicador em número de servidores participantes. Meta: 60.	Humanos e financeiros	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
13	Programa Integra	DGP DEA DS DTI DIE DDI AJ	Melhorar as condições de acessibilidade, inclusão e integração de colaboradores com deficiência no Poder Judiciário Catarinense, a fim de oferecer a esse público condições adequadas para poderem exercer suas atividades laborais.	Identificar necessidades de todos novos servidores e estagiários com deficiência e oferecer condições adequadas de trabalho.	Humanos e financeiros	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
14	Programa Olhares	DGP DDP	Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.	Realizar uma edição do programa no ano. Indicador em número de participantes do programa.	Humanos e financeiros	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
15	Recadastramento de Aposentados	DGP DDP SPO	Auxiliar o servidor aposentado incapacitado a realizar o recadastramento anual obrigatório, contribuindo para o seu bem-estar.	Recadastrar todos aposentados que solicitarem o atendimento no ano. Indicador em número de servidores aposentados atendidos.	Humanos	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
16	Sementes de Bem-Estar	DGP DDP	Atuar de forma preventiva e proporcionar semanalmente aos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina pequeno momento de reflexão a partir da leitura de mensagens que contribuem para a redução dos níveis de estresse físico e emocional, assim como para a recuperação da concentração e da memória.	Disponibilizar mensagens semanais no Portal do Servidor e por mensagem eletrônica a todos os servidores do PJSC	Humanos	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
17	Trabalho não presencial	DGP DGC SAC	Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.	Ter 70% dos servidores (6923) desempenhando suas atividades em Trabalho não presencial = TOTAL 4846	Humanos	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

<b>18</b>	Programa de Educação Financeira	DGP DDP	Oferecer conhecimentos e orientações sobre finanças pessoais, assim como oportunidade de conscientização sobre o impacto da gestão financeira nas demais áreas da vida, contribuindo para o bem-estar pessoal e profissional.	Mínimo de 6 ações realizadas.	Humanos	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
<b>19</b>	Agradecimentos aos aposentados	DGP DDP NDP	Agradecer publicamente aos servidores aposentados pelo tempo de trabalho e dedicação ao Poder Judiciário de Santa Catarina, por meio de notícia no portal institucional.	Servidores homenageados nas notícias.	Humanos	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida
<b>20</b>	Rodas de Apoio Virtuais	DGP DDP SPO	Oferecer momentos de diálogo e escuta empática para que os participantes possam manifestar as dificuldades nas relações de trabalho. Contribuir para o bem-estar de todos e promover o fortalecimento das relações interpessoais. Encontros são realizados com grupos de até quatro colaboradores, conduzidos por psicólogos organizacionais, em plataforma virtual.	25 encontros com 100 colaboradores atendidos.	Humanos	V- qualidade de vida no ambiente de trabalho.	14 – Qualidade de Vida

**Diretoria de Saúde**

Ações		Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1	Estudo para normatizar o acidente do trabalho/serviço no âmbito do PJSC	DS	Regulamentar a matéria sobre acidente de trabalho/serviço no âmbito do PJSC	Publicação da resolução	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
2	Campanha Setembro Amarelo	DS	Conscientizar servidores e magistrados sobre sinais de alerta e prevenção do suicídio	Publicar ao menos um e-mail marketing e uma Dica de Saúde na página do TJSC	Humanos/ Tecnológicos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
3	Encontros com a Saúde	DS	Proporcionar encontros virtuais para dirimir dúvidas sobre saúde emocional e ergonomia	Realizar 48 encontros/ano	Humanos/ Tecnológicos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
4	Conversas com Gestores	DGA/DS/ DGP	Proporcionar conversas com grupos de Gestores sobre trabalho não	Participar dos encontros	Humanos/ Tecnológicos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

			presencial e manejo de estresse, a fim de capacitá-los				
5	Implementar Análise Ergonômica do Trabalho (AET) nos postos de trabalho do público-alvo PJSC	DS/DPA S/SE	Contratar por licitação (pregão eletrônico) empresas especializadas em AET	Analisar e adequar ergonomicamente 70% dos postos de trabalho do público-alvo do PJSC em trabalho presencial	Humanos/materiais/financeiros	V – qualidade de vida	15 Qualidade de vida
6	Implementar a Ginástica Laboral em todas as unidades do PJSC	DS/DPA S/SE	Contratar empresa especializada para a realização de vídeo aulas (ao vivo) para a prática de GL	Oferecer vídeos aulas de GL a 100% do público-alvo do PJSC	Humanos/materiais/financeiros	V – qualidade de vida	15 Qualidade de vida

### 5.15 CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Ações		Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1	<b>Elaboração do Guia de Contratações sustentáveis do PJSC</b>	DMP/S GS	Aprofundar a prática de contratações sustentáveis	Elaboração do Guia de Contratações sustentáveis do PJSC	Humanos	VI – sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas	Ações de capacitação e sensibilização
2	<b>Implementar o Guia de Contratações sustentáveis</b>	DMP/S GS	Internalizar o Guia de Contratações sustentáveis do PJSC	2.1 Constar em 100% dos processos de contratação informação acerca da sustentabilidade da contratação, com anuência expressa da equipe quanto ao conteúdo do GCS do PJSC  2.2 Divulgar o Guia de Contratações sustentáveis a todos os colaboradores	Humanos	VI – sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas	Ações de capacitação e sensibilização



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

				internos atuantes no planejamento e execução das contratações			
3	<b>Semana do Meio Ambiente</b>	SGS	Abranger no mínimo um tema sobre práticas de consumo consciente no home-office; um tema sobre destinação de resíduos no home-office; realizar no mínimo uma palestra e/ou roda de conversa e/ou discussão no estilo podcast.	Dentre os temas, abordar o consumo consciente e a destinação dos resíduos no home-office – reaproveitamento, compostagem e reciclagem; realizar palestra e/ou roda de conversa e/ou discussão no estilo podcast.	Humanos e tecnológicos	VI – sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas	Ações de capacitação e sensibilização
4	<b>Dicas mensais de gestão socioambiental</b>	SGS	Publicar uma dica de gestão socioambiental por mês, por e-mail e/ou no portal do Servidor	Sensibilizar o público-interno para temas relevantes de gestão socioambiental, como gestão de resíduos, consumo consciente, 5 Rs, uso de recursos naturais, etc., por meio de publicação eletrônica periódica	Humanos e tecnológicos	VI – sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas	Ações de capacitação e sensibilização
5	<b>Adaptação da campanha para redução do uso de plástico à realidade do home-office</b>	SGS DIE	100% da campanha “Traga seu copo ou caneca” adaptada para o contexto de inclusão do home-office na temática	Pretende-se adaptar a campanha para o cenário de manutenção de home-office, por meio de uma abordagem que considere o consumo de plásticos no ambiente empresarial e doméstico.	Humanos e tecnológicos	VI – sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas	Ações de capacitação e sensibilização



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

6	Revisão da metodologia do Plano de Logística Sustentável – PLS	SGS CGS	100% da metodologia atual atualizada de acordo com o novo regramento do CNJ	Analisar conveniência de alterações na composição da CGS, no formato dos documentos e nos fluxos de trabalho relacionados ao Plano de Logística Sustentável, em observância às alterações na Resolução CNJ n. 201/2015. Aprimorar as tabelas de controle PLS. Por meio da Asplan, tornar viável o uso de ferramentas de Business Intelligence para controle e divulgação dos indicadores. Se for o caso, propor alterações na Resolução GP n. 28/2015.		VI – sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas	Ações de capacitação e sensibilização
---	--	------------	---	--	--	---	---------------------------------------

## 5.16 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

As contratações socialmente sustentáveis já são uma prática no PJSC. Pretende-se, com a elaboração do Guia de Contratações Sustentáveis, uma aproximação com outros órgãos da administração pública para eventual padronização de objetos e adoção de novas práticas de sustentabilidade ambiental nos bens e serviços contratados pelo PJSC.

Contratações compartilhadas com outros órgãos públicos, sejam da esfera estadual ou das esferas federal e municipal ensejam a economia de recursos hu-



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

manos e a perspectiva do ganho de escala. O projeto de implementação das contratações compartilhadas é objeto do Sei n. 0017110-75.2020.8.24.0710 e, em que pese grandes esforços deste PJSC desde o ano de 2018 na tentativa de implementação do projeto, somente em 2020 efetivamente houve a primeira aproximação entre os órgãos. Os estudos de objetos indicam a possibilidade de aquisição compartilhada de materiais de expediente e materiais de limpeza. Assim, pretende-se firmar convênios com os órgãos parceiros, a fim de viabilizar o máximo de contratações compartilhadas de bens e serviços, conforme preconiza a Resolução CNJ n. 347/2020.

Como não há categoria de medição para contratações sustentáveis no Glossário de indicadores, foram elaborados dois indicadores próprios, com as seguintes fórmulas: a) “Quantidade de compras compartilhadas”, “Unidade de medida: quantidade de contratos, convênios ou ARP”; “Periodicidade da apuração: anual”; b) “Percentual de economia em relação à licitação anterior do mesmo objeto”; “Unidade: reais”; “Periodicidade da apuração: anual”.

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Aproximar o PJSC de demais órgãos integrantes da Administração Pública com o objetivo de realizar compras compartilhadas e sustentáveis	DMP/S GS	Fomentar a realização de compras compartilhadas	Celebrar convênio com pelo menos um órgão público	Humanos	I – uso eficiente de insumos e materiais  VII – contratações sustentáveis	Não há indicador no Glossário. Foi estabelecido um indicador próprio.
2 Aproximar o PJSC de demais órgãos integrantes da Administração Pública com o objetivo de realizar compras compartilhadas e sustentáveis	DMP/S GS	Realizar contratações compartilhadas com outros órgãos públicos	Realizar contratação compartilhada de, ao menos, 2 objetos	Humanos	I – uso eficiente de insumos e materiais  VII – contratações sustentáveis	Não há indicador no Glossário. Foi estabelecido um indicador próprio.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

## 5.17 PROJETO-PILOTO DE IMATERIALIZAÇÃO PERENE DA ÁREA ADMINISTRATIVA

Em razão de seus efeitos incidirem em vários indicadores, o projeto-piloto de imaterialização perene da área administrativa foi destacado em item próprio.

A proposta atual adveio do projeto-piloto autorizado por meio dos autos n. 0029975-33.2020.8.24.0710 e, por esta razão, o plano de metas para o ano de 2021 deve sofrer alguns ajustes no decorrer do andamento do projeto.

Ações		Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1	Ampliação espaços <i>coworking</i>	DGA e diretorias coligadas	Redução e melhor aproveitamento de espaços	Implantar ao menos 5 unidades em <i>coworking</i>	Humanos	(a) Uso eficiente de insumos e materiais [...]; (b) Energia elétrica;	Papel, copo plástico, água engarrafada, impressão, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reforma, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida no ambiente de trabalho
2	Readequação de espaços	DGA e diretorias coligadas	Redução Melhor aproveitamento de espaços	Readequar ao menos 5 espaços de trabalho	Humanos	(c) Água e esgoto; (d) Gestão de resíduos; (e) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; [...]	
3	Reaproveitamento de equipamentos	DGA e diretorias coligadas	Melhor aproveitamento de equipamentos	Disponibilizar para reaproveitamento ao menos 50 equipamentos	Humanos	(h) Deslocamento de pessoal e de bens e materiais.	